

ROBSON PASSOS FERREIRA

**FUTEBOL É COISA SÉRIA: UMA ANÁLISE MUDIÁTICA, SOCIOLÓGICA E
POLÍTICA DO ESPORTE**

Viçosa – MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV
2014

ROBSON PASSOS FERREIRA

**FUTEBOL É COISA SÉRIA: UMA ANÁLISE MUDIÁTICA, SOCIOLÓGICA E
POLÍTICA DO ESPORTE**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Joaquim Sucena Lannes

Co-orientador: Prof. Mariana Ramalho Procópio

Viçosa – MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV
2014



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Artes e Humanidades
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Monografia intitulada *Futebol é coisa séria: uma análise midiática, sociológica e política do esporte*; de autoria do estudante Robson Passos Ferreira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Joaquim Sucena Lannes –UFV
Orientador

Prof. Me. Marcel Henrique Angelo - UFSJ

Prof. Dr. Próspero Brum Paoli – UFV

Viçosa, 12 de fevereiro de 2014

Agradecimentos

Primeiramente a Deus e a minha família, meus pais José Luiz e Elaine, e meus irmãos Eduardo e Jéssica, que são a base de tudo.

Aos meus amigos, em especial os companheiros de República Homem Bomba Felipe, Hugo e Lucas, pelo companheirismo e risadas, e também a minha namorada Carolina, pelo carinho e paciência que sempre teve comigo nessa reta final de UFV.

Agradeço também a todos que tornaram possível este trabalho, principalmente os professores Joaquim Sucena Lannes e Mariana Ramalho Procópio, por todo o aprendizado nesses quatro anos de curso.

Epígrafe

“O futebol é a maior invenção do homem”
(Mauro César Pereira)

“Algumas pessoas acreditam que futebol é questão de vida ou morte. Fico muito decepcionado com essa atitude. Eu posso assegurar que futebol é muito, muito mais importante”
(Bill Shankly)

Resumo: O presente trabalho é um estudo sobre o jornalismo esportivo brasileiro e o esporte sob o viés da sociologia e da política usando como objeto de estudo a série de documentários: *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor* do jornalista e historiador Lúcio de Castro. O tratamento da mídia esportiva no Brasil é colocado em pauta sob o ponto de vista da especialização nas modalidades esportivas e na maneira como são veiculados os assuntos do universo esportivo. Para isso, aponta-se o cenário atual da profissão e também um resgate histórico da consolidação do principal esporte de massa do nosso país, o futebol. Pretende-se também relacionar os aspectos sócio-políticos e a participação do Estado, que amparam as organizações esportivas. Além disso, o trabalho se propõe a uma análise da série *Memórias do Chumbo* como sendo um produto diferenciado no jornalismo esportivo brasileiro, por sua realidade densa e triste, e por sua função caracterizada pelo próprio Lúcio de Castro como fazer memória.

Palavras chave: Jornalismo; esporte; futebol; Estado; memória.

Abstract: The present work is a study on the Brazilian sports journalism and sports on the bias of sociology and politics as an object of study using a series of documentaries: *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor* produced and directed by the journalist and historian Lúcio de Castro. The treatment of sports media in Brazil is put on the agenda from the point of view of specialization in sports and in the way subjects are aired on sports universe. To this, points up the current scenario of the profession and also a historical consolidation of the main mass sport in our country, the soccer. We also intend to connect the socio-political aspects and the participation of the State, which support sports organizations. Furthermore, the paper proposes an analysis of *Memórias do Chumbo* series as a differentiated product in the Brazilian sports journalism, for its dense and sad reality, and their function characterized by Lúcio de Castro himself as a producer of memory.

Key-words: Journalism; sport; soccer; State; memory.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Tema.....	8
1.2 Objetivos	12
1.3 Metodologia.....	13
1.4 Justificativa.....	14
2. FUTEBOL E A MÍDIA ESPORTIVA BRASILEIRA	16
2.1 A preferência pelo entretenimento e a desvalorização do jornalista	16
2.2 História e mitificação do futebol brasileiro	23
3. ESPORTE, SOCIOLOGIA E POLÍTICA.....	30
3.1 Esporte x trabalho e a intervenção do Estado	30
3.2 O conceito de nação inserido no esporte	34
3.3 Um retrato brasileiro	38
4. A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA NA SÉRIE <i>MEMÓRIAS DO CHUMBO</i>	44
4.1 A memória e o jornalismo	44
4.2 O episódio Brasil.....	47
4.3 Argentina, Chile e Uruguai.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6 . REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

O gosto pelo futebol, a paixão por um clube e a euforia com conquistas da seleção são praticamente unanimidades dos brasileiros. Desde cedo escolhemos nosso time de coração, criamos uma admiração por um ou outro jogador e aguardamos ansiosamente por mais uma Copa do Mundo. Reconhecemos rapidamente que vivemos naquele que é chamado de país do futebol, aprendemos a jogar esse esporte em qualquer lugar, na rua, no campo e até dentro de casa. Há quem diga que futebol é religião e que o domingo é um dia sagrado, para se sentar em frente à televisão e torcer, seja pelo nosso próprio time ou contra o maior rival, e se isso não acontece, o domingo parece perder todo o sentido.

A partir disso, notamos que o futebol configura-se como muito mais que um esporte na vida do povo brasileiro. Ele faz parte do cotidiano, da identidade e cultura da nossa sociedade.

Quantas músicas retrataram o futebol; quantos filmes, peças de teatro e novelas tiveram o futebol como personagem principal ou como cenário para suas tramas; quantas horas diárias a imprensa televisiva e radiofônica gastam com o futebol; quanto espaço diário de jornal é dedicado a este esporte, em detrimento de outros; quantas emissoras de rádio transmitem o mesmo jogo, nas tardes de domingo. (DAOLIO, 2000, p. 33)

Portanto, temos o futebol como carro-chefe do jornalismo esportivo no Brasil, devido ao status alcançado por esse esporte e, por isso, pressupõe-se uma imprensa especializada no assunto. A chamada imprensa esportiva, no entanto, caracteriza-se pela especialização no trato com a informação esportiva, num princípio de objetividade noticiosa, descrita por Traquina (*apud* SILVEIRA, 2009, p. 28) na “Teoria do Espelho”, como uma “transmissão não expurgada da realidade”. Nesse aspecto, o jornalista se torna um comunicador desinteressado e sem interferência sob aquilo que produz. O simples repasse daquilo que se “vê”, limita os valores da profissão. Essa doutrina difere da Teoria do *Gatekeeper* ou da Ação Pessoal, nas quais o produto é resultado da intencionalidade jornalística, em que a notícia depende de uma seleção arbitrária e se torna “produto das pessoas e das suas intenções” (TRAQUINA *apud* SILVEIRA, 2009, p. 28).

A área do jornalismo esportivo - frente à importância do esporte dentro da comunicação, seja ela por jornais impressos, rádio ou TV - exige uma especialização também no esporte com uma base científica, separando-a da paixão e demais interesses. Todavia, isso nem sempre ocorre.

Formação do jornalista esportivo – Estranha aos assistentes que nos planos de estudo do jornalismo esportivo não estivera prevista a especialização no esporte, mas depois de comprovar a força e a dimensão que essa imprensa ocupa na sociedade atual. (...) Na prática, são eles que buscam, através da prática ou de estudos posteriores, um maior grau de conhecimento sobre a maioria dos esportes. (RICARDO GIL *apud* ALCOBA *apud* SILVEIRA, 2009, p. 79)

Por se tratar de um tema envolto a uma carga emocional grande, o cuidado com a informação deve ser inerente ao jornalista da área. Contudo, isso não significa uma abordagem superficial do assunto e imersa na objetividade como padrão. O jornalismo esportivo, assim como qualquer outra editoria, deve cumprir seu papel perante a sociedade: suscitar uma reflexão. “Não se faz jornalismo sem se fazer vítimas, ou melhor, sem provocar algum reflexo social. Se não provocar, não é jornalismo.” (BARBEIRO e RANGEL, 2006, p. 116).

O que comumente nos é apresentado no Brasil é um jornalismo esportivo voltado para o entretenimento, de uma forma leve, por muitas vezes cômica. Os usos do humor e de histórias paralelas ao esporte podem prejudicar o valor informativo desse jornalismo. Seu papel parece estar mais ligado ao divertimento do que à profundidade na informação.

Comprendemos então, um baixo teor de complexidade na atividade jornalística de temática esportiva no Brasil, o que confere um curioso contraste ao interesse social sobre o esporte, especialmente o futebol. Estranha-nos pensar que algo de tamanha riqueza no cenário nacional careça de literaturas mais aprofundadas, nas quais comumente somos remetidos à uma única obra ou a textos semelhantes.

Ao recorrer à literatura, acadêmica ou jornalística, sobre o passado do futebol brasileiro, temos a impressão de estarmos sempre lendo os mesmos textos com variações não significativas. (...) Esse tipo de narrativa, reproduzido no interior das ciências sociais, encontra sua origem e validade no livro *O negro no futebol brasileiro* (NFB), escrito por Mário Filho, cuja primeira edição foi publicada em 1947 e a segunda, acrescida de dois novos capítulos, 1964. Assim, o NFB funciona como história mítica que vai sendo atualizada adequando-se às demandas de construção de identidade e/ou às denúncias antirracistas, independentemente do piso sociológico, histórico ou antropológico do qual os textos afirmam partir. (SOARES, 2012, p. 13-14)

Então, é possível constatar uma carência na discussão dos aspectos sociais que alavancaram o nosso futebol até os dias atuais. A carga explicativa em *O negro no futebol brasileiro* é mais simbólica do que argumentativa, mesmo assim, sua história e as narrativas que a complementam acabam por consolidar a tradição do nosso futebol.

Além da carência de historiografia sobre o futebol que concedeu à obra de Mário Filho o patamar de clássico, sem passar por um rigor mais crítico, sentimos também as atividades esportivas como um todo, não sendo contempladas de maneira abrangente dentro do universo científico. Especialmente pelas ciências sociais, o esporte se constitui como um evento de importância sociológica e política, afetando diretamente o jornalismo.

O esporte se configura como elemento da modernidade ao elevar a mensagem democrática expressa na alternância entre vitórias e derrotas, na qual todos podem experimentar essas experiências, ou seja, “ninguém é só vencedor ou perdedor” (DAMATTA, 1994, p. 17). Essa realidade assemelha o esporte a eventos do cotidiano, aproximando-o da sociedade. No entanto, ele aparece como agente do individualismo ao estabelecer igualdade nas disputas.

Porém, existe uma discussão na tentativa de classificar o esporte. A *Teoria Crítica do Esporte*, levantada pela Escola de Frankfurt alude o esporte à tese da alienação e coisificação. Segundo essa teoria, as atividades esportivas seriam dotadas de uma razão instrumental e atividade como dimensão da cultura, incorporaria valores e princípios da indústria moderna.

Para Adorno (1986), o papel do esporte seria “coisificar” o homem ao moldá-lo como máquina, num princípio de manipulação, assim como a indústria tem por função disciplinar o trabalhador, adaptando-o ao trabalho. Nota-se então uma fuga do sentido prazeroso da prática esportiva no seu âmbito profissional, para configurá-la como atividade compulsória como o trabalho.

A tese da manipulação e repressão advoga que a sociedade moderna representa um sistema de manipulação e dominação. Os desejos e necessidades são controlados e manipulados. O princípio de rendimento que aliena o trabalhador é dotado no esporte. O corpo e a alma são instrumentos. Esta orientação entende o esporte como mecanismo de estabilização do sistema social que ameniza as tensões sociais e desvia atenção das pessoas. (RODRIGUES, 2001, p. 7-8)

Nesse sentido, vemos o esporte tomado como instrumento político. Essa característica é facilmente percebida em regimes autoritários, que se apoderam, não só do esporte, como

também da imprensa. Esses dois seguimentos atrelados a serviço de um regime totalitário funcionam como propaganda em benefício do poder. “Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia.” (TRAQUINA *apud* SILVEIRA, 2009, p. 26)

No Brasil, “se há questão que tem consenso nas diferentes correntes acadêmicas sociais e políticas é sobre o uso do futebol como instrumento de manipulação de massa no período do regime militar” (BUENO, 2008, p. 159). A propaganda governamental sobre a Seleção Brasileira, principalmente a que foi campeã do mundial do México em 1970, ganhou caráter emblemático em meio à turbulência política do país. O uso de músicas de efeito e intensa aproximação entre Estado e conquistas esportivas visavam desviar o foco da população. A obtenção de resultados positivos no futebol na tentativa de amenizar problemas internos levou o governo a, até mesmo, colocar no cargo de treinador da Seleção Brasileira, um representante do Partido Comunista, “inimigo” do regime.

Em contrapartida à Teoria Crítica, que aponta o esporte como elemento alienador, Lenk (*apud* VAZ, 2006, p. 13) acredita que esporte e trabalho apresentam diferenças claras - já que o primeiro representa puro jogo e não atividade compulsória, e que, além disso, a preparação para o rendimento esportivo seria exemplo de autonomia, de atividade prazerosa, e não de imposição. Sendo assim, seria uma atividade desprovida de aspectos políticos. Para Gruneau (*apud* BRACHT, 2005, p. 123), o caráter lúdico que persiste no esporte é elemento de resistência a uma total instrumentalização. Para ele, o jogo possuiria algo como um elemento subversivo a qualquer tentativa de instrumentalizá-lo.

Além disso, é recorrente a discussão do esporte enquanto competição ou atividade lúdica para saúde e bem estar. Essas duas vias distintas são importantes para compreendermos o papel do Estado como incentivador da prática esportiva. Para Bracht (2005), os motivos que circundam o envolvimento estatal na organização esportiva são: “integração nacional”, “educação cívica”, “preservação da saúde da população”, “melhoria da qualidade de vida”, e “oferecimento de oportunidades de lazer”. Já para Cazorla Prieto (*apud* BUENO, 2008), a razão deveria ser apenas com o intuito de promover a saúde pública, ou seja, o investimento no esporte de alto nível não deveria ser contemplado pelo Estado.

Retomando o jornalismo esportivo, entendemos que uma mídia especializada e dedicada - não só nessa temática como em todas as outras - tem como um de seus papéis fundamentais, a produção de memória coletiva - para retratar o esporte e todas as demais esferas que o envolvem. Para Maurice Halbwachs (*apud* POLLAK, 1989) a memória coletiva é capaz de definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamentando

e reforçando sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Essa memória, no entanto, é dotada de disputa, à medida que as classes oprimidas e minoritárias partem de uma memória que se opõe àquela considerada “oficial”.

Nesse sentido, a construção de uma memória coletiva que represente todos os seguimentos sociais deveria ser uma busca incessante da atividade jornalística. O jornalista e historiador Lúcio de Castro, produtor e diretor da série de documentários *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor*, defende justamente essa posição de produção de memória como fundamental para o jornalismo e sua obra. A série retrata em quatro episódios a relação do futebol com as ditaduras militares de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, que compunham a Operação Condor, chamada de Multinacional do Terror na América Latina nas décadas de 60, 70, e 80.

A série de documentários de Lúcio de Castro é objeto de estudo deste trabalho por se tratar de um produto do jornalismo esportivo brasileiro que foge dos padrões tradicionais da notícia esportiva. Ele é voltado para uma atmosfera densa, histórica e político-social do esporte, produzindo memória, trazendo profundidade, e agregando todos os elementos que consideramos essenciais para um jornalismo especializado e de qualidade.

Essa pesquisa procura discutir a negligência do jornalismo esportivo brasileiro quanto aos aspectos estruturais e científicos do esporte, calcando-se no entretenimento e mitificação desse universo. Nosso trabalho também procura demonstrar como a série de documentários: *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor* se ratifica como um produto jornalístico brasileiro diferenciado dentro do jornalismo de temática esportiva - ao trazer a aproximação entre política e futebol, e caracterizar a produção de memória como função da profissão.

A problemática maior da pesquisa é no trato da informação esportiva, que, não baseada na especialização do profissional no que tange as modalidades esportivas, limita a visão dos desportos a uma cultura do espetáculo. Dessa forma, todos os sentidos mais amplos dessas práticas, que abrangem contextos sócio-políticos, são desprivilegiadas perante a mídia esportiva brasileira.

1.2 Objetivos

Como objetivo geral do trabalho, buscaremos incitar uma discussão acerca do jornalismo esportivo brasileiro e aspectos sócio-políticos que incidem sobre o esporte.

Especificamente, procuramos: relacionar os conceitos de memória com o jornalismo, levantar aspectos da mídia esportiva, - suas falhas e proposições - tratar sobre o papel do Estado dentro do meio esportivo e corroborar a série *Memórias do Chumbo* como produto jornalístico diferenciado dentro da temática e na sua função, como a descrita por Lúcio de Castro, de fazer memória.

1.3 Metodologia

Para a realização deste trabalho, utilizaremos a análise histórico-sociológica de Norbert Elias (1997) como base metodológica. Elias (1997) adota os métodos e as teorias do processo civilizador e as dirige para o esporte, em especial para o futebol. Para ele “o desporto pode ser utilizado como uma espécie de ‘laboratório natural’ para a exploração de propriedades das relações sociais”. (ELIAS, 1997, p. 18)

Segundo Ribeiro (2004, p. 105), Elias rompe com a “tradição científica”, a qual desprezava anteriormente campos inscritos na marginalidade formal do econômico, do político e do social, e passa a utilizar o esporte como objeto para compreensão do processo social. Ainda de acordo com Ribeiro, a busca por referências teóricas e metodológicas para o estudo do futebol tem necessariamente que passar pela interdisciplinaridade.

Portanto, vemos o futebol não só como um esporte de massa que desperta paixões, as mais interiorizadas, incomuns e eternas. O futebol é, também, o esporte que pulveriza seu discurso por veredas de todos os tipos de formas e abordagens. Pelos caminhos da sociologia, política e comunicação - para citar apenas alguns - é possível analisá-lo com os fundamentos teóricos desses saberes, trazendo contribuições interdisciplinares para as ciências sociais e humanísticas.

Analisaremos, então, a prática do esporte moderno, especialmente o futebol, como uma questão relevante para o entendimento das relações sociais. Tal abordagem foi escolhida por permitir alinhar um caráter sociológico e histórico ao esporte, de forma simultânea.

Iniciaremos o trabalho traçando um panorama de aspectos importantes na abordagem do futebol pela mídia brasileira, trazendo também um cunho histórico dos fatores que contribuíram para consolidar esse esporte. Em seguida, estudaremos as relações sociológicas envolvidas no esporte, como a massificação para a busca do rendimento esportivo máximo, as relações de trabalho inseridas no esporte pela indústria cultural, o conceito de nação posto sobre esse universo e algumas características brasileiras.

Por fim, apresentaremos a série *Memórias do Chumbo* como um produto do jornalismo brasileiro diferenciado, que cumpre com todas as exigências da profissão e se postula como exemplo para demais produções do gênero.

1.4 Justificativa

A paixão pelo futebol como traço cultural da identidade brasileira e o atual contexto de grandes competições do esporte, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, realizadas em território nacional, elevam as discussões em torno do jornalismo esportivo brasileiro.

Na série de documentários analisados, percebe-se uma realidade densa, sombria, e ao mesmo tempo verídica. Enfatizado por documentos expostos no programa, o jornalismo exercitado em *Memórias do Chumbo* é altamente investigativo, carregado de forte opinião autoral e diferenciando-se da suposta imparcialidade do jornalismo diário na área.

Essa prática distancia-se dos valores padrões da temática esportiva, tanto no jornalismo como em documentários do gênero. A tensão propagada e o envolvimento futebolístico com a política limitam a visão do esporte como lazer, diversão e bem estar - ao qual se vincula o jornalismo esportivo diário, utilizando-se de uma forma leve, descontraída e majoritariamente de entretenimento ante a informação.

Sendo assim, a maioria dos produtos semelhantes, ou seja, documentários da mesma temática, atêm-se a recontar uma história, seja ela de uma competição, um clube e até mesmo um jogador, mas sem suscitar fatores extra-campo, tratando o futebol como assunto isolado. Raras exceções que buscam instigar um debate histórico e político, assim como *Memórias do Chumbo*, são: *Copa 78 – O Poder do Futebol* (1979); e *Atletas X Ditaduras: a Geração Perdida* (2007), ambas tendo como fundo o regime militar argentino.

Pela paixão que move o futebol e o postula a fator social, cultural e identitário do povo brasileiro, este trabalho afirma um desejo de evidenciar falhas atreladas a um descaso jornalístico. Descaso esse, que afeta a temática esportiva e a empobrece frente à imponência do futebol diante da sociedade, seja ela por fatores competitivos, lúdicos ou democráticos; Afinal, a prática esportiva é capaz de unir pessoas de diferentes raças, religiões e ideologias. “Se existem 22 homens de 22 países, que falam diferentes línguas, pertencem a raças diferentes e professam religiões diversas, se lhes dão uma bola e um árbitro, tem muitas possibilidades de entenderem-se, jogar, e divertirem-se.” (ZALDIVIA *apud* YANEZ *apud* SILVEIRA, 2009, p. 36)

Ilustrando a questão, é ínfimo hoje o jornalismo esportivo no Brasil que atenda as demandas de um público especializado e detentor de uma visão mais ampla do futebol e sua relevância social, assim como os demais esportes. É, então, incoerente selecionar figuras não articuladas e sem fundamento dentro da profissão, para exercer o papel de jornalista - como é frequente, principalmente no telejornalismo esportivo.

Eu me considero um especialista. Não fui atleta, mas trabalhei desde os 15 anos, digamos, para ter o maior rigor com a informação esportiva. Mas nem sempre se percebe isso no jornalismo esportivo. Percebe-se numa Olimpíada, quando boa parte dos comentários vem de ex-atletas. (COELHO *apud* SILVEIRA, 2009, p. 67)

Além do que já foi elencado, como motivação para o presente trabalho, há o profundo incômodo pessoal com: a forma que o jornalismo esportivo é exercido no Brasil, o entendimento do receptor do conteúdo jornalístico como leigo, e a carência de um maior número de produtos com teor denso, investigativo e de denuncia dentro da temática, como *Memórias do Chumbo*.

Há também o sonho do autor em realizar-se profissionalmente ao trabalhar com o futebol e ver esse esporte se afirmar nacionalmente como fator relevante para todas as esferas sociais. Para, quem sabe, dessa forma, mudar o modo como a mídia esportiva o aborda.

2. FUTEBOL E A MÍDIA ESPORTIVA BRASILEIRA

2.1 A preferência pelo entretenimento e a desvalorização do jornalista

Para Unzelte (2009), jornalismo esportivo é antes de tudo jornalismo. A afirmação serve para definir essa prática de temática específica como inerente aos processos de qualquer outra editoria no fazer jornalístico, da pauta até sua veiculação. No entanto, o jornalismo esportivo no Brasil genericamente assume uma postura de jornalismo esportivo de entretenimento, no qual a linguagem e a estética utilizada se sobressaem ao conteúdo informativo e o fato noticioso. (DEJAVITE, 2007)

Nesse contexto, a indústria do entretenimento no universo esportivo indica o processo marcante de mercantilização do futebol perante a mídia brasileira que, além de informar sobre os acontecimentos do universo futebolístico, precisa vender a relevância desse conteúdo, como explica Alexandre Vaz:

(...) O esporte é hoje muito mais mercadorizado do que há alguns anos, sobretudo por causa do notável crescimento dos meios de comunicação e da indústria do entretenimento. A isso se agrega o fato de que entretenimento, informação e “cultura” misturam-se no mesmo caldo produtivo, sendo o esporte um exemplo marcante deste processo. Lembre-se, por exemplo, da exclusividade da transmissão das partidas do selecionado brasileiro de futebol na Copa do Mundo de 2002 por uma emissora de televisão, que também apresentava parte de seus telejornais da Coreia e do Japão. Qual teria sido a fronteira entre a notícia e o produto que estava sendo vendido? (VAZ, 2006, p. 18)

O presente cenário invoca uma descrença na mídia esportiva. Para Wilson da Costa Bueno (2005), o jornalismo esportivo representa espaço privilegiado na mídia, mas não se caracteriza pela excelência profissional e nem mesmo como experiência madura do “fazer jornalístico”. Contudo, ao fazer tal afirmação, o autor não limita sua crítica à apenas essa modalidade, estendendo a observação a outros campos da profissão. Logo, para ele, não há um preconceito para com o jornalismo esportivo – ele não é tratado como um campo menor da atividade e nem está, comparado a outros campos, em um estado menos desenvolvido.

Aponta-se então para uma crise jornalística e, na mídia esportiva, ela se torna mais atenuante à medida que se limita a superficialidades e espetacularização inseridas no contexto do futebol. É como se a própria mídia brasileira subestimasse o valor desse esporte como traço identitário e cultural brasileiro. Sua relevância alcança muito além dos campos e estádios. Além disso, a relação entre futebol e mídia é extremamente íntima: o jornalismo

esportivo não somente acompanhou o crescimento do futebol e divulgou seus avanços, como também influenciou diretamente no universo do esporte, além de se adaptar às suas mudanças.

O assunto não é uma discussão recente. O papel do jornalismo voltado apenas ao campo esportivo, e especialmente voltado ao futebol, quase sempre foi dotado de enorme interesse popular. É fundamental a noção profissional da representatividade do esporte no meio social para o atendimento pleno da demanda por informação na área. Portanto, ao tratar do assunto, o profissional precisa levar em consideração o futebol como muito mais que um esporte dentro da sociedade brasileira.

A possibilidade de conseguir respeito para o jornalismo esportivo depende única e exclusivamente dos informadores esportivos, pois esses devem ser quem defendem sua parcela com a melhor arma de que dispõem, o entendimento do esporte e o conhecimento de quanto ele representa para a sociedade moderna. (ALCOBA *apud* SILVEIRA, 2009, p. 78)

No entanto, esse entendimento parece um tanto quanto distante ao observamos a forma rasa com que o jornalismo esportivo é transmitido. O chamado país do futebol, não apenas pelas conquistas de títulos alcançados no cenário internacional, como pela identificação com a prática, não tem na sua imprensa especializada o modelo ideal e ético defendido pelo jornalismo. A utilidade pública, tão importante para a carreira e para a sociedade, é descartada com facilidade em face à absorção de conteúdos simples de cobertura e resumo de jogos e demais eventos, como também a exaltação e mitificação do universo futebolístico.

Hoje, talvez sob o furacão do culturalismo e da importância concedida à identidade, a crítica da alienação foi barrida e as folhas da valorização da cultura e identidade local formam o piso sobre o qual andamos. Depois de tudo, quando estamos no fundo do buraco podemos gratificar-nos dizendo: temos o melhor futebol do mundo! O cultivo do “melhor futebol” valoriza-nos. (LOVISOLO, 2012, p. 9)

Nesse sentido, estamos à mercê de uma visão compartilhada socialmente que banca o jornalismo brando em relação à crítica a esse nosso esporte. Há uma sensação de proteção ao nosso futebol pelo fato dele ser vitorioso internacionalmente ou de satisfação com a condição alcançada, fatos esses que bloqueiam um tom mais severo na cobertura esportiva e ativa preconceitos a uma forma mais densa e subjetiva de jornalismo.

Para se compreender o agravante estado, o jornalismo especializado no ramo tem irrisório poder frente às ditas exigências desse mercado. O papel do jornalista esportivo está sendo comumente desvalorizado à medida que os veículos midiáticos contratam ex-atletas das

mais variadas modalidades para exercerem essa função, principalmente para atuarem como comentaristas, porém como repórteres e até mesmo apresentadores de programas do gênero em algumas ocasiões, representando uma afronta à profissão. Mesmo nos comentários, espera-se de quem ali atua uma noção vasta sobre o assunto, seja ela histórica, técnica e prática, o que nem sempre é obtido com a utilização de ex-atletas. O conhecimento adquirido diretamente dentro do esporte não compensa a habilidade com as palavras, o aprofundado estudo do tema e compreensão de amplas esferas tanto do jornalismo quanto da modalidade inserida que esperamos de um perito no assunto.

Eu me considero um especialista. Não fui atleta, mas trabalhei desde os 15 anos, digamos, para ter o maior rigor com a informação esportiva. Mas nem sempre se percebe isso no jornalismo esportivo. Percebe-se numa Olimpíada, quando boa parte dos comentários vem de ex-atletas. (COELHO *apud* SILVEIRA, 2009, p. 67)

O papel do jornalista esportivo está sendo modificado com enorme facilidade simultaneamente ao uso de outros recursos que parecem tornar o profissional e sua opinião descartáveis. Em todos os meios de comunicação isso pode ser notado. É cada vez mais comum o uso de imagens, infográficos, tabelas e variadas estatísticas que reduzem a atuação jornalística, opinativa, analítica e precisa. Essa utilização de diferentes recursos mecaniza a atuação jornalística e altera a visão sobre o jogo ou evento em questão, pois a conclusão é gerada por meio da computação de dados coletados, diminuindo a análise crítica do jornalista especializado. Apesar das tecnologias representarem recursos inseridos no meio pelos próprios profissionais da área, pelos dados estatísticos de um jogo, há uma tendência para que a avaliação aplicada sobre ele seja homogênea e, portanto, robotizada, enfraquecendo o poder da opinião. O uso desses recursos atende ao dinamismo proposto pelos meios de comunicação mais modernos, como também atribui outros valores aos profissionais competentes em tratar da informação esportiva. O resultado de um possível destaque pode representar uma inversão ao colocar o jornalista como protagonista de algum evento, à frente da informação.

Não acho que exista um entrave. Há algumas armadilhas. A gente não pode se julgar o quarto poder. É preciso ter responsabilidade com a informação e isso só acontece se você tiver absoluta noção de que é apenas o meio-de-campo entre a fonte e o receptor, entre a notícia e o seu leitor. Isso é mais difícil à medida em que o jornalista vira celebridade, risco imenso para sua relação com a notícia. A estrela nunca é o jornalista, sempre a informação. Mas vai convencer as pessoas disso... (COELHO *apud* SILVEIRA, 2009, p. 73)

Tudo isso advém do modelo de jornalismo esportivo calcado no emotivo, na diversão e fugindo das amarras do apenas técnico e da seriedade. O jornalismo esportivo como mercadoria se apodera do fácil modo com que o público absorve seu conteúdo, a partir de um suposto adestramento, evidenciado na televisão, meio de comunicação principal na atualidade.

A respeito da relação estabelecida entre o campo televisivo e o campo esportivo, é possível perceber que os produtos relacionados a determinadas modalidades e atletas, comentários, propagandas, entrevistas, “mesas redondas”, enfim, tudo o que é produzido no âmbito midiático, busca estimular uma determinada forma de “consumo esportivo” e oferecer aos expectadores (consumidores) não apenas um jeito de visualizar o esporte, mas também, maneiras de se portar diante dele e consumi-lo. (MARTINES, 2009, p.53)

Embora essa seja a tendência, e justificada por meio da assimilação das massas, existem alternativas a esse caminho, ao que competem produtos jornalísticos por excelência, e que também atuam dentro de uma ordem mercadológica. Esse intermédio se deve por consumidores distintos, na avaliação do discurso e da informação ante a estética, na especialização no esporte e assuntos que o cercam. Ou seja, existe um discurso de fuga ao padrão do jornalismo praticado, porém seu alcance ínfimo e os critérios por eles utilizados, não são considerados atrativos, e sua capacidade de apropriação e apreciação, se figura como pequena.

Os discursos alcançam seu valor (e seu sentido), apenas através da relação com um mercado, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidades de que dispõe os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos. (BOURDIEU, 1996, p. 54)

Dentro dessa perspectiva, podemos notar o jornalismo esportivo numa nuance entre: a busca pelo atendimento ao interesse previamente manipulado dos receptores, e seu papel fundamental em si no trato da informação e estímulo com conhecimento profundo sobre determinado assunto. A partir disso nos deparamos com duas vias distintas do fazer jornalístico na área esportiva: uma categoricamente informativa, crítica, de análise, por vezes investigativa, e que não encontra considerável espaço nos veículos comunicacionais modernos; e outra de entretenimento, maleável, que coloca a informação em segundo plano e apela para a afetividade do público.

“Há de se entender que a dramatização de um fato é, frequentemente, mais importante que o fato em si na compreensão dos princípios que norteiam o imaginário coletivo” (HELAL, 2012, p. 149). Porém, a mesma dramatização e conseqüentemente a receptividade do público está atrelada a uma cultura enraizada de uma sociedade midiaticizada.

(...) com o advento dos modernos meios de comunicação de massa – o que hoje convencionamos chamar de mídia – a cultura popular, essencialmente transmitida por contatos pessoais, espontânea e criativa, deixa de existir, já que aqui, no universo da indústria cultural, exige-se que um número reduzido de pessoas produzam “cultura” para uma grande maioria. (HELAL, 2012, p. 150)

Verificamos, portanto, por meio de uma cultura de massa amplamente disseminada, a relevância em todos os sentidos, do imaginário coletivo ao destaque da imprensa, dos eventos esportivos, que são “a menina dos olhos” desse modelo jornalístico. A dita produção da cultura para as massas colocou o evento esportivo como carro-chefe da cobertura jornalística na área. O espetáculo é esmiuçado e o discurso social aplica ao evento esportivo o status de evento cultural.

A perspectiva adotada aqui é a de que mídia e sociedade moderna não podem ser entendidas como departamentos autônomos, independentes entre si: a sociedade moderna é, em última instância, uma sociedade “midiaticizada”. A mídia seria, assim, um espaço privilegiado de produção de discursos sociais e dos espetáculos esportivos modernos como um dos emblemas mais visíveis deste processo de “midiaticização” dos eventos culturais. (HELAL, 2012, p. 151)

A opção por enfatizar o espetáculo esportivo, como causa maior de uma atividade entrelaçada à cultura nacional, simplifica a relevância de um esporte e seus desdobramentos dentro da sociedade. O futebol não pode ser analisado exclusivamente dentro de uma cultura do espetáculo, renegando os diversos componentes sociais e políticos que o permeiam.

Além disso, é propagada, por intermédio do esporte, a busca por grandes feitos dentro da atividade física pelo estímulo da competição esportiva, colocando o atleta numa posição de modelo social a ser seguido, ou de vítima pela qual é necessária uma sensibilização por seus dramas pessoais que correm paralelamente ao esporte.

(...) O amor aos grandes números, aos dados estatísticos que ajudam a compor o espetáculo, assim como uma fascinação sempre presente pelos recordes, ajudam a compor esse quadro, que encontra seu desiderato na comercialização das imagens dos atletas – na TV, nas revistas ilustradas,

sempre como modelos de sucesso, beleza e felicidade – ou mesmo como drama pelo qual devemos ter “compaixão”. (VAZ, 2006, p. 17-18)

Uma mídia esportiva atuante exclusivamente sobre os eventos recorrentes desse universo, e que promove a ascensão de atletas a celebridades oriundas desses grandes eventos, falha para com o público interessado numa observação mais ampla do assunto. Isso se tratando desde o futebol praticado fora dos grandes centros, enraizado nas mazelas populares e propulsor da identificação social; Como também numa supervisão daqueles que detém o poder sobre as práticas esportivas no Brasil, sejam eles dirigentes, mandatários das Confederações Brasileiras de Desportos e também do Ministério do Esporte. Muito pouco se noticia sobre a atuação dessas entidades de controle, enquanto o foco está totalmente voltado para os atores do espetáculo, atletas e torcedores. O pouco tratado nesse aspecto, muitas vezes foge aos canais de conteúdo exclusivamente esportivos e são vistos em programas de debate - como, por exemplo, o programa *Roda Viva*, da TV Cultura, que no dia 8 de abril de 2013 teve como participante o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Ou seja, mesmo que abordado, o assunto raramente é veiculado por aqueles que deveriam trazer esse debate à tona.

Nesse sentido, a recente iniciativa de atletas das principais equipes do país ao criar o movimento “Bom Senso¹”, que coloca em pauta suas reivindicações para melhores condições de trabalho, serve para focar o olhar para questões estruturais e importantes do nosso futebol, mesmo que de forma rasa e sem, no entanto, alterar a forma de cobertura da imprensa esportiva.

Contudo, as reivindicações não são atuais. O que é pautado hoje por jogadores dos grandes clubes, já foi antes assunto de Seleção Brasileira e alavancada pelo seu então treinador João Saldanha (personagem o qual focaremos em capítulo mais adiante). Em 1969, já eram exigidas mudanças estruturais e havia um enfrentamento do treinador da seleção (à época João Saldanha) em relação àqueles que eram seus superiores na Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e indiretamente faziam parte do regime ditatorial da época. O confronto se deu em busca de melhores condições para os jogadores que, obrigados pelos clubes a disputar uma quantidade significativa de jogos num curto espaço de tempo, chegavam esgotados à seleção.

O assunto era o calendário dos jogos e os amistosos impostos aos jogadores pelos clubes. Os cartolas justificavam que os times eram caros e que por

¹ Movimento criado por jogadores de futebol da principal divisão do Campeonato Brasileiro, que buscam melhores condições de trabalho junto à Confederação Brasileira de Futebol. Para saber mais, há a página oficial do movimento no facebook: <https://www.facebook.com/BomSensoFC14>

isso, era preciso fazer caixa. João, entretanto, ficava revoltado com o número elevado de jogos e o curto intervalo entre eles.

- Vamos ganhar as eliminatórias da Copa, mas, antes, precisa sair um decreto do governo para humanizar o nosso futebol. Isso que fazem é um crime. Você pega os jogadores, faz um exame superficial, e é de apavorar: estão todos quebrados, cansados, com esgotamento físico. Tenho cinco dias para colocar este time em campo. E, como quero onze jogadores de pé no gramado, não posso dar um só treino puxado. Sou obrigado a deixá-los descansando. (SIQUEIRA, 2007, p. 269)

Portanto, uma discussão recorrente sobre os direitos dos jogadores profissionais de futebol - que vem desde 1969, até ser retomada por agora, no final de 2013 - incide sobre uma confederação (atualmente CBF), mas indiretamente sobre a mídia, que lucra com a excessividade de jogos, seja pela audiência durante o evento para rádio e televisão, como a tiragem de jornais sobre os acontecimentos do dia anterior. Mesmo posicionando-se favoravelmente ao movimento - à dita humanização dos atletas, no sentido de redução do número de jogos no calendário nacional de futebol e alteração dos horários das partidas - não é pertinente aos interesses midiáticos, na sua mais alta esfera, uma redução em termos de transmissão de jogos e remanejamento das grades de programação. Fator que pode acarretar até mesmo num pagamento inferior aos clubes no que diz respeito, principalmente, às cotas televisivas. Existe um impasse.

O contraste da posição do jogador de futebol, como atleta e celebridade encontra ainda mais atenuantes na atualidade. A ação de figuras importantes no mundo do futebol, como cartolas, dirigentes e empresários, moldam a participação de um determinado agente dentro da mídia. O contato próximo que existia entre jornalistas e jogadores praticamente deixou de existir, e a exposição desse segundo passou a ser controlada por meio de representantes pessoais, coletivas de imprensa e um discurso comedido.

Tal discurso visa uma boa imagem do jogador em questão, o que pode render afeto do público, contratos publicitários e demais privilégios. No entanto, o posicionamento quase sempre visto como “politicamente correto” dos atletas é determinante para empobrecer uma das tradições mais enfáticas de um esporte tão competitivo como o futebol: a rivalidade. O respeito exagerado que existe entre os atletas e suas respectivas instituições, desestimula, mesmo que em pequena proporção, a rivalidade saudável, baseada em brincadeiras e provocações entre os mesmos e diminui uma possível identificação entre os adeptos de um clube para com os jogadores que, de certa forma, o representam.

Outros agravantes, constantemente presente no universo do profissional do futebol, são mídias sociais e tecnologias móveis, que cooperam para a posição superior de um atleta.

Com a vida pessoal amplamente exposta, o profissional acaba sofrendo desgaste, seja ele com o clube ou mesmo com seus torcedores, quando flagrado em atitudes que podem ser consideradas habituais na vida das pessoas, porém recrimináveis para um atleta de alto nível. Um jogador visto numa casa noturna ou mesmo num bar, fazendo consumo de bebidas alcoólicas ou de tabaco, mesmo num momento distante da rotina profissional, tende a ser visto como “vilão” por uma atitude considerada anti-desportiva, uma vez que representa riscos à sua saúde física e que pode prejudicar seu desempenho no clube ou equipe.

Na sociedade contemporânea do compartilhamento, onde todos podem produzir e consumir conteúdos na internet é comum nos depararmos com polêmicas envolvendo jogadores de futebol nas situações descritas, colocando em risco sua imagem por algo comum à maioria das pessoas e que pode significar um simples lazer do momento. Em outros casos, o próprio atleta ao divulgar algum conteúdo, por sua ampla exposição, tende a sofrer uma repercussão inesperada - como o caso do jogador Emerson Sheik, que publicou uma foto na qual beijava outro homem, numa rede social. O comportamento, ainda visto como um tabu, principalmente no universo futebolístico, embora nos bastidores a prática já possa ser considerada usual, foi responsável até por uma perseguição da torcida do clube (Corinthians) pelo qual Emerson Sheik atuava, manchando uma imagem positiva da qual ele desfrutava e se configurando como motivo de brincadeiras de torcedores rivais - ou seja, as novas tecnologias, por outro lado, são capazes de incentivar rivalidades que são diminuídas no âmbito da mídia convencional.

Nesse panorama, a mídia, de uma forma geral, tratada tanto por mídias sociais como por imprensa, contribui substantivamente para postular atletas como verdadeiras celebridades, fazendo com que seu comportamento se torne relevante socialmente, não apenas dentro de sua área de trabalho. Ela cria uma cultura de patrulhamento do jogador de futebol, num processo de “desumanização”, no qual comportamentos sociais considerados por muitas vezes normais, não são aceitos no universo esportivo.

2.2 História e mitificação do futebol brasileiro

O repertório midiático, para influir diretamente na vida de atletas, instituições e simples admiradores dos esportes, é vasto. No entanto, para entender os desdobramentos que acompanham mídia e o esporte, especificamente o futebol, ao longo dos anos, é preciso enfatizar todas as mudanças sofridas ao longo desse processo desde a chegada dessamodalidade ao país e sua veloz popularização.

Ao chegar a terras tupiniquins trazido por Charles Miller, o então denominado “esporte bretão” inventado pelos ingleses percorreu um árduo caminho até se tornar paixão comum dos brasileiros. Inicialmente ele era praticado pela elite paulistana, que organizava jogos nos dias laborais em meio ao trabalho de funcionários de diversas companhias administradas pela alta classe como a São Paulo Railway e a Companhia de Gás, que foram adversários no primeiro jogo “organizado” do futebol brasileiro, datado de 1895 (RIBEIRO, 2007).

Nos anos seguintes várias equipes foram surgindo e o fenômeno não era mais exclusivo da cidade de São Paulo. Com cada vez mais times, surgiram ligas para organizar campeonatos e, naturalmente, a modalidade antes praticada somente por ricos, passou a apresentar brechas para que fosse praticada nas várzeas e popularizada também entre as classes sociais mais baixas.

Não podendo mais ignorar os avanços do futebol, a imprensa da época, segundo Ribeiro (2007), passa a voltar seus olhos para aquela prática, mas sua cobertura restringia-se ao prestígio da elite. O futebol servia até para enaltecer a classe das vestimentas de senhores e senhoras que acompanhavam as partidas. O resultado dos jogos eram postos de lado e a visão imposta pelos jornalistas era de antagonismo na maneira de praticar o esporte entre ricos e pobres; Os primeiros, elegantes, dignos, representantes de um jogo importado, europeu; Os segundos seriam apenas brutamontes sem conhecimento das regras.

A crônica esportiva crescia, mesmo que envolta a uma indisfarçável parcialidade, algo inimaginável nos dias atuais. A cobertura dos eventos também era imprecisa: com textos longos de descrição minuciosa da partida, modelo que foi modificado para um resumo com os principais lances, que impera desde a década de 20. Esse novo modo de noticiar o futebol advém de Mário Filho, um dos maiores ícones do jornalismo esportivo brasileiro, e responsável por sua difusão como cultura de massa no nosso país.

Conforme o futebol foi se popularizando, se tornou ineficaz qualquer tentativa de barrar a prática do jogo e cada vez mais operários, negros e mulatos passaram a acompanhar a prática e a compor os times que disputavam o campeonato que atraía a parcela mais pobre da população. Com isso, a mídia rapidamente teve que se atualizar e abandonar a descarada parcialidade com que atuava, mantendo o mesmo molde até os dias de hoje, mas sempre se fazendo valer de outras estratégias.

Ainda no começo do século, com a “invasão” das classes sociais mais baixas no esporte, teve início a discussão sobre o profissionalismo dos atletas. A elite, à qual estavam vinculados os principais clubes e ligas, posicionava-se contra o profissionalismo, pregando o

amadorismo que favorecia seus atletas e limitava a dedicação de negros e demais no esporte, já que precisavam trabalhar nas fábricas e companhias.

Nessa discussão, a imprensa começou a ver o futebol como produto de enorme atração de público, e apoiou o profissionalismo para que o esporte pudesse se expandir e, com ele, as vendas dos jornais. A linguagem jornalística dentro do tema não podia mais ser elitista, culta, uma vez que limitava o acesso das massas. Uma nova linguagem passou a ser utilizada nas redações, mais coloquial, das ruas. As fotos também ganharam mais destaque. A mídia esportiva mudava aos poucos, mas já começava a apresentar traços que não seriam abandonados a partir de então.

Apoiado pela afirmação do profissionalismo no futebol, o negro ingressou de vez no futebol e o dominou. No Brasil, ele foi o responsável por sua reinvenção, a criação de um estilo próprio, diferenciado. O futebol europeu era mecânico, robusto, já o brasileiro, cheio de ginga, de dança, capoeira. Nas raízes africanas do nosso colonialismo, o futebol se tornou genuinamente brasileiro.

Toda essa história antropológica de utilização do corpo foi condensada no futebol brasileiro. Quando começaram a jogar o futebol por aqui, os negros não podiam derrubar, empurrar, ou mesmo esbarrar nos adversários brancos, sob pena de severa punição: os outros jogadores e até os policiais podiam bater no infrator. Os brancos, no máximo, eram expulsos de campo. Esta redução dos espaços dentro das “quatro linhas”, subproduto de sua situação social, obrigou os negros a jogarem com mais ginga, com mais habilidade, evitando o contato físico e reinventando os espaços. Sim, porque o drible não é outra coisa que a criação de espaço, onde o espaço não existe. Indubitavelmente, foi o jogador negro que imprimiu no futebol brasileiro um estilo próprio de magia e arte, diferente das formas arcaicas do jogo de bola, bem como de sua descendência inglesa imediata. Fausto, Leônidas, Domingos, Waldemar; Petronilho desenharam este instante inaugural, cujo destaque pictórico é a bicicleta. Entretanto, o negro não exigiu o título de propriedade, nem requereu certificado de direito autoral deste futebol-arte. O negro foi socializado, e inúmeros e geniais jogadores brancos foram fundamentais para sua ampliação, divulgação e consolidação. (MURAD, 1994a, p. 188)

Retomando a figura de Mário Filho, é necessário compreender o significado de seu nome na construção do “nosso esporte” e da mídia que atua sobre ele. Muito da construção da identidade afirmada para o nosso futebol passa por sua obra, *O Negro no Futebol Brasileiro*.

Apesar da obra de Mário Filho significar um contraste com o modelo jornalístico vigente e permitir a inclusão de novos narradores no assunto, sua obra se tornou uma “inesgotável fonte de dados” que mais auxilia na construção de histórias de identidade do que no processo de levantamento de novas fontes e elaborações sobre a dinâmica de instituição do

futebol brasileiro (SOARES, 2012). Com isso, há uma forte delimitação da temática, ao nos aprofundarmos exclusivamente a um autor, nossa visão histórica do futebol passa, primeiramente, por sua análise prévia.

A história tradicional contada por Mário Filho é creditada como crença histórica, e encarna ou simboliza alguns valores básicos da sociedade (SOARES, 2012). As novas narrativas derivadas da base construída por ele em *O Negro no Futebol Brasileiro* acabam por consolidar a tradição de nosso futebol de acordo com a visão do heroísmo e nacionalismo do esporte, apoiados primeiramente, na figura do negro.

Assim o preto, quando aprendia, era quase sozinho. As portas dos grandes clubes fechadas para ele. Das academias. (...) O branco pobre, o mulato, o preto, estabelecendo a diferença entre o grande e o pequeno clube. A academia e a escola pública. O campo cercado, com arquibancada e tudo, e a pelada, um campo sem grama, pelado. Quando não entre o *field*, como saía nos jornais, ou *ground*, e a rua. Um verde macio, de grama bem aparada, um tapete, o outro de barro, de pedra. Muito diferente. O branco dos *field*, dos grandes clubes, tendo ainda por cima um professor, o capitão do time gritando sem parar, em inglês. O preto das peladas, das ruas, não tendo ninguém. (FILHO, 2003, p. 73)

O cenário de desfavorecimento ao negro e outros mencionados sem prestígio, invocava uma necessidade talvez fora do comum, ou uma curva de aprendizado superior por não dispor das mesmas regalias que os brancos. No entanto, não só na reinvenção na maneira de jogar, com ginga e dribles, o negro atuou. O jogo entre os mesmos, no improvisado não só para passar pelo adversário, mas para criar aspectos e objetos inerentes à modalidade, como bola, campo, gol, foi fundamental para colocar a prática do futebol, presente em qualquer lugar. Ou seja, na sua popularização, a bola de couro é substituída por bola de meia, as traves por chinelos, pedaços de madeira ou qualquer outra coisa, o campo é a própria rua. “A única coisa que ajudava o negro era a intuição” (FILHO, 2003, p. 126).

O futebol brasileiro, tendo como principais jogadores em atividade, atletas negros, e a verdadeira “febre” que se tornou o esporte no país, acabaram por criar um culto ao herói, uma idolatria ao personagem de destaque dentro do esporte bretão, não só pelo talento apresentado em campo, como também pelo lado pessoal. A vitória do negro no cenário futebolístico não representava apenas o sucesso dentro de campo, como indicava uma quebra de preconceito, uma mudança radical de status que provavelmente não seria alcançada por meio de algo diferente do esporte. “De certa forma, vários negros haviam passado pelo futebol brasileiro, e quando ascendiam socialmente eram embranquecidos. A ideologia do branqueamento indica que a mobilidade social corresponde à “mobilidade racial” (SOARES, 2012, p. 25)

Visto isso, o futebol passou a ser uma forma de buscar melhores condições, e os negros que alcançavam a fama por meio do esporte mexiam com o imaginário social, que passou a tratá-los com idolatria, dando início a uma mitificação dos atletas e ao tratamento de celebridade que eles recebem, ancorado pela mídia. A imprensa esportiva passa a praticar um jornalismo que “cultua o herói, constrói uma grande atorização a partir dos maiores ícones do mundo esportivo.” (BORELLI, 2003, p.3)

Nesse sentido, o atleta passa a uma condição sobre-humana, sobrepujada a um montante que é característica básica do futebol, sua coletividade. Em campo, são onze contra onze no apito inicial. Porém, a mídia, na busca por heróis e histórias fantásticas, muitas vezes cria uma competição entre os principais nomes de cada equipe, é um contra o outro e dois times exercendo os papéis de coadjuvantes, ou até mais impressionante, de um jogador contra todos os outros adversários, como se não dependesse de sua equipe para ajudá-lo.

Um exemplo claro desse heroísmo e sua exacerbação midiática, ocorreu com o jogador brasileiro Ronaldo Nazário de Lima, conhecido na época como “Ronaldinho”, durante a Copa do Mundo da França de 1998. Naquele momento, o jogador de vinte e um anos era o grande nome da Seleção Brasileira:

Durante a Copa, Ronaldinho foi o centro das atenções no noticiário esportivo. Com atuações consideradas razoáveis pela crítica especializada, a mídia ora especulava sobre problemas no seu joelho esquerdo, ora sobre ele “estar acima do peso” e até sobre uma possível crise no relacionamento com a namorada para justificar o rendimento abaixo do esperado pelos fãs. A juventude, o intenso assédio da imprensa e dos fãs, a fama e a riqueza precoce, quando citadas, ganhavam contornos míticos que faziam de Ronaldinho um ser ainda mais especial, capaz de realizar façanhas inéditas que até então nenhum outro tinha conseguido. (HELAL, 2012, p. 154-155)

Porém, ao se deparar com a derrota, o então invencível herói retorna ao “nível humano”. O processo de “humanização”, contudo, não parte de uma revisão dos valores esportivos, da qualidade do atleta ou do tratamento da imprensa. Há apenas a falha do personagem em questão, evidenciando o comportamento humano do “super-herói”, aproximando-o ainda mais da massa. A ação “humanizadora” age de forma a engrandecer ainda mais o personagem frente à opinião pública. O processo torna simultaneamente “mitificador”.

Na já citada Copa do Mundo de 1998, o Brasil foi derrotado na final pelos anfitriões franceses pelo placar de três a zero, e mesmo assim, Ronaldo foi protagonista pela fraca exibição “justificada” por um problema de saúde que haveria sofrido horas antes do

jogo. Novamente, os demais da equipe brasileira, tiveram papel desprezível comparado à grandeza do jogador no momento. A derrota fora resumida única e exclusivamente, pelo problema e apatia de um único jogador.

O fenômeno é muito mais humano do que gostaria a brava gente brasileira. Ronaldinho sentiu a pressão de ser o melhor do mundo e estar decidindo o Mundial. Teve problemas neurovegetativos (segundo o jargão médico) que resultaram em complicações estomacais e até convulsões – tudo causado pela ansiedade (...) Aos 21 anos, o Fenômeno sentiu o peso das cobranças. A juventude do maior craque brasileiro é uma razoável explicação para seu mau desempenho (JORNAL DO BRASIL 13/07/98 *apud* HELAL, 2012, p. 157)

Esse comportamento de enaltecimento dos atletas por parte da mídia também pode ser averiguado no que diz respeito à Seleção Brasileira. Nesse mesmo episódio citado, busca-se a explicação na atuação de um jogador específico, e a fuga do que acontece estritamente no campo é frequente. Por nos tratarmos como país do futebol, representado pela seleção mais vitoriosa do mundo, permeia-se uma crença de que sempre estamos aptos a vencer e que nossa equipe, em condições normais, será sempre a melhor de todas. Essa perspectiva coloca o futebol num patamar de complexidade tal, que toda derrota brasileira é tratada como anormal, trágica e dolorosa. Nessas circunstâncias, as mais variadas explicações surgem para manter, mesmo que no discurso, a nossa hegemonia, e afagar o sentimento de derrota em nossa sociedade.

Curioso é que a derrota não pode ser explicada simplesmente porque um time jogou melhor do que outro. Utilizamos-nos frequentemente de explicações que transcendem o campo de jogo. Afinal, somos o “país do futebol”, quatro vezes campeão do mundo e berço do atleta do século. Orgulhamo-nos disto e depositamos na seleção muito mais do que uma simples vontade de vencer uma partida de futebol: fazemos dela um símbolo dos nossos desejos e temores. Por isso, as construções das vitórias e das derrotas da nossa seleção sejam tão reveladoras de sentimentos mais profundos, que não se esgotam em análises técnicas de partidas de futebol. (HELAL, 2012, p. 153)

Esse mesmo tratamento midiático - de criar ídolos e invocar certa comoção social com a Seleção Brasileira com o pretexto de pertencermos à nação com o “melhor futebol do mundo” - falha ao muitas vezes no credenciar atletas ao posto de herói de forma precoce, quando o jogador não atende à expectativa depositada sobre ele, a mídia busca razões para o “fracasso” do atleta em questão, sem, porém, reconhecer um possível equívoco de avaliação sobre o mesmo. Além disso, no nosso entender, o argumento para colocar o nosso

futebol como melhor do mundo se encontraria esgotado caso a seleção de algum outro país passasse a deter mais títulos de Copas do Mundo do que a nossa.

3. ESPORTE, SOCIOLOGIA E POLÍTICA

3.1 Esporte x trabalho e a intervenção do Estado

Diferente de aspectos políticos, culturais e sociais, o esporte carrega consigo um traço único, uma fácil absorção em larga escala. Sua rápida assimilação, concatenada à sua adaptação na comunicação de massa, a tensão emocional gerada no âmbito do jogo e sua linguagem universal fazem o seu alcance capaz de unir pessoas de diferentes raças, religiões e ideologias. “Se existem 22 homens de 22 países, que falam diferentes línguas, pertencem a raças diferentes e professam religiões diversas, se lhes dão uma bola e um árbitro, tem muitas possibilidades de entenderem-se, jogar, e divertirem-se (ZALDIVIA *apud* YANEZ *apud* SILVEIRA, 2009, p. 36)

Numa abordagem sócio-política do esporte, notamos a fuga de seu caráter lúdico, de jogo, para significar uma reprodução ideológica promovida pelo Estado. Nesse âmbito, seu papel democrático e pacificador é desfigurado e colocado num antro de manipulação afim da incorporação de interesses superiores. Nas sociedades capitalistas, em que a função básica do Estado é garantir os processos de geração de capital, o esporte é apoderado como instrumento de legitimação política.

Para o sociólogo Jean-Marie Brohm (*apud* VAZ, 2006), o esporte consiste num aparelho ideológico que cumpre o papel de reproduzir relações sociais burguesas como hierarquia, subserviência, obediência e etc.; propagando também uma ideologia organizacional específica para a instituição esportiva - que envolve competição e recordes, que por sua vez contribuem para o surgimento de temas universais da ideologia burguesa - como o mito do super-homem, o individualismo, ascensão social, sucesso, etc.

Seguindo esse raciocínio, compreendemos o esporte, dentro da lógica da competição permanente, como uma representação ou mesmo preparação para o enfrentamento dos problemas cotidianos, da vida como uma eterna disputa, superada pelo progresso infinito que devemos buscar. Por fim, a ideologia do corpo-máquina, presente nas relações de trabalho, é assemelhada à fantasia esportiva do “*fitness*” e sua idéia de corpo produtivo.

Portanto, é impossível posicionar o esporte como um sistema à parte do desenvolvimento social. Mesmo ele, que pode ser atribuído teoricamente como lazer e prática dentro do chamado tempo livre, é normatizado pelos ideais capitalistas da sociedade industrial.

Há ainda quem defenda o esporte, como prática singular e não vinculada a tais pensamentos ideológicos. Apesar da clara semelhança estrutural entre esporte e trabalho, o rendimento esportivo seria um exemplo de autonomia, o jogo por ele mesmo, e não uma atividade compulsória.

O rendimento esportivo não é obtido por meio de pressão rigorosa, nem é vivido como tal, mas corresponde em alto grau aos interesses e capacidades dos atletas. O esportista não se relaciona de forma “alienada” com seu desempenho. Este, por sua vez, não é vivido como carga ou obrigação, mas como livre escolha. Sob plena disposição pessoal o rendimento procurado é valorizado positivamente, tanto do ponto de vista emocional quanto afetivo, demarcando-se como um verdadeiro “gozo”. (LENK *apud* VAZ, 2006, p. 13)

Contudo, a dualidade que marca a diferenciação da qualidade entre o prazer da prática e a qualidade esportiva, no que tange o resultado, limita um posicionamento abrangente do assunto. É fundamental a separação da prática do simples jogo, seja ele por motivos de lazer, saúde e bem estar, com a profissão que demarca a vida de um atleta, que pode estar sim, envolta de rigorosa pressão, e ser desempenhada de forma alienada. Somos impotentes ao tentar delimitar um ponto que marque precisamente, no nível profissional, onde o esporte deixa de ser prazeroso para se constituir numa forma “alienada” de trabalho, ou a existência de fato desse ponto demarcatório. Buscamos entender, portanto, a atuação do Estado em todas as esferas dessa prática.

Primeiramente, é necessário elucidar os motivos determinantes para a intervenção ou interação estatal com a organização esportiva. Para Bracht (2005), os motivos são: “integração nacional, “educação cívica”, “preservação da saúde da população”, “melhoria da qualidade de vida”, “oferecimento de oportunidades de lazer” etc. Já para Cazorla Prieto (*apud* BUENO, 2008), a principal razão de promoção do esporte pelo Estado é a saúde pública no sentido profilático e terapêutico, no combate ao sedentarismo, estresse e outras mazelas da sociedade moderna.

No entanto, entendemos que um Estado que privilegia o esporte de alto rendimento, baseado no espetáculo e na atração midiática, desvia o foco que originalmente seria a saúde. A obrigação do Estado é garantir o esporte como um direito fundamental do cidadão, mas a sua prática a modo ostensivo com finalidades competitivas e financeiras, deveria ser aportada por entidades privadas. No Brasil, a iniciativa pública tem papel fundamental no financiamento da prática esportiva de alto rendimento, sendo possível observar o patrocínio

de empresas estatais como a Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Banco do Brasil, Correios, e outras, a diversas instituições particulares e diferentes modalidades esportivas.

O investimento pesado realizado de forma a alimentar a cultura da competição, da busca por recordes e afirmação do alto rendimento dos atletas, não só representa uma fuga ao investimento teoricamente primordial como também uma incoerência. Na era moderna e científica do esporte, o atleta é posto como uma máquina e seu corpo submetido a extremos, sendo comum o uso de substâncias considerado benéficas para um melhor desempenho, quando não tratadas como ilegais, caso do *doping*. O instrumento de trabalho do atleta é seu próprio corpo, mas as modificações que o mesmo sofre, transformam-no também em produto.

Contudo, não há precisamente uma noção de até que ponto esse “teste de resistência” do corpo humano e abundância de medicamentos sejam de fato saudáveis. Geralmente a carreira de um atleta é curta, condicionada exatamente à resistência de seu corpo e organismo, quando não também ao seu estado psicológico. É comum nos depararmos na mídia com ex-atletas passando por dificuldades e distantes daquele modelo de “saúde” que quase sempre os acompanhou em sua trajetória esportiva. As justificativas para tanto são de instância pessoal, psicológica, do fim da carreira como algo traumatizante. Mas será que o rompimento brusco da rotina intensiva de treinamentos e do uso de substâncias ligadas ao desempenho físico não representa na verdade um risco à saúde?

Pode se tratar de mera fatalidade, mas acreditamos que há um contraste claro na atividade esportiva de alto rendimento, de exposição do corpo a situações severas e uso exagerado de estimulantes físicos com a promoção da saúde que os desportos deveriam proporcionar.

Nesse sentido, em que não há a possibilidade de afirmar uma relação de causa e efeito, julgamos necessária uma investigação midiática. Afinal, assim como a obrigação estatal de garantir por meio do esporte uma forma de saúde à população, também é função da imprensa investigar tais assuntos a fim de promover bem estar, devido ao caráter de utilidade pública dado ao jornalismo. A mídia esportiva, limitada na sua atuação como já falamos, falha com sua função nobre de prestar um serviço útil a sociedade, tratando a simples narração e repasse de acontecimentos do universo competitivo de alto nível como prioridade.

É equívoco também pensar que o repasse de verba para o incentivo do esporte de alto rendimento atrelado à regulamentação da organização esportiva por parte do Estado, seja uma manobra apenas no intuito de gerar e gerir o capital proveniente das atividades desportivas. Como já mencionado, parte-se de uma base sociológica para entender os interesses estatais embutidos no esporte.

Dentro dos motivos para participação estatal levantados por Bracht (2005), a fomentação de uma integração nacional, suportada pelo alto investimento imposto por rendimento dos atletas, cria a partir dos esportes uma base para o nacionalismo e uma exaltação simbólica do desportista como representante nacional.

Como critério de legitimidade do sistema aparece, então, a efetividade quantificada nos corpos dos atletas. O atleta é elevado à figura de representação nacional. O nacionalismo por sua vez, torna-se subrepticiamente a base de legitimação do esporte de alto rendimento; (BRACHT, 2005, p. 73)

A construção do ideário nacional, contudo, não se restringe à localidade onde é originada. O mito, símbolo de superioridade interna, precisa se legitimar enquanto representante de uma nação. Constitui-se uma ideologia do esporte como aparato de afirmação política dentro de um plano externo, quantificado por medalhas olímpicas e demais títulos de relevância internacional.

Num pensamento piramidal, a finalidade da intervenção estatal no esporte é a posição política de destaque ancorada no alto desempenho dos seus atletas, o que significa uma inversão no discurso social relacionado ao esporte. Investir, não para influenciar novos praticantes, mas sim para massificar a prática e obter cada vez mais “heróis”, cada vez mais símbolos de representação nacional na imagem de atletas.

Assim, uma primeira indicação para uma política pública para o setor de cunho democrático é superar finalmente a idéia da pirâmide e sua perspectiva implícita de que o sistema esportivo teria como finalidade produzir atletas campeões, idéia que, por incrível que pareça, permanece firme na mente da maioria dos políticos, no senso comum político, e é usada e afirmada pelo sistema esportivo nacional e internacional porque essa lhe é fundamental; não para recrutar melhores praticantes, como é o discurso, mas para a socialização do exército de consumidores de seu produto e seus subprodutos. (BRACHT, 2005, p. 87)

A massificação esportiva diretamente vinculada ao progresso, e a participação científica nas atividades físicas, apontam uma tendência de quantificação. Esse processo, atribuído à sociologia burguesa que impera no esporte, numa visão de progresso infinito, tornando a competição um evento racional, passível de medições e comparações, estudos e “melhorias”, acaba por menosprezar a natureza da atividade desportiva, ignorando elementos qualitativos fundamentais à estética do esporte (HELAL, 1990).

3.2 O conceito de nação inserido no esporte

Além disso, o esporte institucionalizado é forte aliado dos regimes políticos, por significar um espaço lúdico, no qual a atividade intelectual se encontra restrita à atuação somente no jogo, atrelada apenas à busca pela vitória, sem suscitar mudanças estruturais, sem ultrapassar para outras esferas. Em outras palavras, o esporte, diferente de outros segmentos culturais, não representa uma ameaça, nem mesmo crítica ou descontentamento com o poder. Ele não possui em si, uma capacidade revolucionária.

O esporte institucionalizado não possui, se comparado com outros espaços de mundo próprio, uma linguagem criadora de significados. Ao contrário do teatro por exemplo, ele não tem a possibilidade de fazer uma determinada asserção e não pode por isso, produzir algo “novo”, não pode, através de uma construção de mundo próprio, ser revolucionário. Mesmo uma nova estratégia no jogo de futebol, que poderia suscitar uma tal interpretação, somente será aceita como nova forma de ação se ela oferecer melhores chances de vitória. Ou seja, ela não terá reconhecimento em função de sua composição especial/inovadora de movimentos e de ação no jogo, e sim, em relação ao objetivo da competição no sentido da melhoria do rendimento. (FRANKE *apud* BRACHT, 2005, p. 74)

Esse argumento é suficiente para explicar a proximidade do Estado com o esporte, especialmente em períodos conturbados politicamente. Diversos regimes políticos autoritários apoiaram significativamente as atividades desportivas afim de legitimação, propaganda ou dispersão popular, ou seja, no esporte encontravam força para imposição ideológica, como também a fuga para pressões populares. A “apoliticidade” (BRACHT, 2005, p. 75) do esporte servia como forte instrumento político.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, freqüentemente voltados para a propaganda e doutrinação. (GEBARA *apud* BUENO, 2008, p. 43)

A idéia de nação, tida como altamente política, foi inserida no universo dos esportes por meio dos jogos olímpicos da era moderna. Ela foi apoderada por Hitler na tentativa de provar a superioridade ariana nos jogos de Berlim em 1936. Posteriormente, ela ficou ainda mais evidente a partir do conflito ideológico da Guerra Fria, motivo incentivador para o investimento comunista, maciço, para o alto rendimento esportivo (a revolução comunista

inicialmente não apoiara o esporte por considerá-lo atividade burguesa). A União Soviética e os Estados Unidos, munidos de forte incentivo de seus respectivos Estados sob seus atletas, monopolizavam o sucesso nos jogos olímpicos entre “nações”. O quadro de medalhas, símbolo da competição nos jogos baseado na quantidade de medalhas de ouro, prata e bronze obtidos por cada país, indica esse poderio. Todos os eventos olímpicos (de verão), realizados durante o período de Guerra Fria, tiveram uma das duas superpotências como primeira colocada².

Nesse sentido, a separação entre os propósitos nacionalistas inseridos no universo esportivo e as competições que servem de entretenimento, - como apenas finalidade de um sentido mais amplo que detém o esporte - deveria tratar-se de uma função jornalística, com o intuito de discernir dois âmbitos sociais distintos.

A pátria não está de chuteiras, nem de sunga, nem de capacete, nem de biquíni, nem de maiô, enfim, a pátria não se confunde com uma competição, seja ela qual for, ainda que, com finalidades políticas e populistas, alguns governos, com apoio da mídia, favoreçam isso. Cabe ao jornalista fazer a separação e denunciar a manipulação de um entretenimento como instrumento político. (BARBEIRO e RANGEL, 2006, p. 47)

Porém, o esporte atualmente, mais mercadorizado do que há alguns anos, - fenômeno relativamente recente e amparado por dispositivos midiáticos - resultou numa importante mudança nesse cenário. O pensamento de nação, presente nas modalidades esportivas entre países, perde sua força gradativamente. A “nova” tendência é para uma flexibilização dos vínculos entre produção e consumo das práticas esportivas, ou seja, não é mais necessária uma organização coletiva para a prática de alguma modalidade ou jogo, ela pode ser comprada, ela passa a atender um mercado.

Para Marilena Chauí (1986), tal fenômeno de rompimento dos laços afetivos, para o simples consumo de uma mercadoria dentro desse universo, se constitui em uma “cultura do efêmero”. Ela é fundamental para compreendermos o momento atual, em que nos deparamos com diversos atletas “representando” países diferentes do seu de origem. Para o desportista, o argumento de representatividade é colocado em segundo plano, enquanto seu interesse prioritário está em benefícios pessoais.

Um desdobramento dessa mudança de valores pode ser visto no próprio esporte de alto rendimento ou espetáculo. Recrutar atletas e submetê-los ao processo exaustivo e estressante do treinamento ao é possível mais a partir

² Fonte: <http://www.olympic.org/>

do argumento de que é uma honra representar o país numa olimpíada. O interesse que pode mobilizar o atleta no sentido de submeter-se à “tortura” dos treinamentos é de outra ordem; da recompensa financeira pessoal (que por sua vez permite o acesso a outros prazeres). Com a abertura à possibilidade de participar das olimpíadas por outros países que não o do seu nascimento, muitos atletas naturalizam-se e cumprem os estágios: a categoria de nação começa a ser substituída pela categoria do “cifrão”. (BRACHT, 2005, p. 117)

O poder do termo nação, e todo seu cunho político quando inserido no meio esportivo, perdera significativo espaço. Entretanto, seu papel, demarcado historicamente, continua fundamental para o entendimento dos desdobramentos da relação esporte-política até os dias de hoje. Mesmo atualmente, em épocas de grandes competições, ainda há tentativas de perpetuar esse ideal no imaginário coletivo.

Mas nem sempre a criação de uma unidade coletiva nacional, em vias esportivas, está diretamente ligada a uma imagem de nação no sentido de representação de um determinado país e sua elevação internacional. Muitas vezes, a situação invocada pelo coletivo nacional sobre o ensejo de vitória encontra respaldo em divergências políticas e conflitos históricos, formadores de rivalidades entre países, que encontram nos esportes um forte acirramento e tensão.

Para isso, temos a oposição já mencionada entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, que além de momentos históricos - como a Guerra do Vietnã e a crise dos mísseis em Cuba - tinha na atividade física do esporte uma de suas maiores expressões.

O esporte não esteve longe desse espectro. Ao contrário, foi uma das mais fortes expressões da Guerra Fria travada entre as duas superpotências de então, tanto de forma direta entre si, quanto indireta pelos países que compunham seus blocos de força. Muito em função dessa disputa, o treinamento desportivo desenvolveu-se de forma espantosa, levando os resultados a patamares não imaginados e também a um incremento maciço dos procedimentos de *doping*. Correspondente a esta tecnologização da performance foi a reprodução e disseminação das imagens esportivas, que possibilitaram às décadas posteriores o crescente investimento na transmissão em tempo real dos espetáculos esportivos. (VAZ, 2006, p. 1-2)

A rivalidade política, portanto, refletida no universo esportivo foi determinante para a “evolução” dos atletas, suas marcas e feitos, como também para a cobertura midiática de espetacularização dos eventos esportivos com o intuito de divulgar proezas, grandes realizações, e assim, contribuir ainda mais para uma mistificação de atletas e competições.

Contudo, com a queda do Muro de Berlim, a extinção da URSS e fim da Guerra Fria, a principal rivalidade política e esportiva internacional se extinguiu. Mas algumas rivalidades se

estendem até hoje, e ganharam novas características ou foram simplesmente inseridas a fim de promover o espetáculo. Elas são mais facilmente ligadas à modalidade do futebol, que é considerado o esporte mais popular do mundo. Em Jogos entre Argentina e Inglaterra, por exemplo, comumente a Guerra das Malvinas, travada entre as duas nações na década de 80, é mencionada. Partidas em grandes torneios, como a Copa do Mundo, entre antigos colonos e colonizadores, como no caso de Estados Unidos e Inglaterra, que se enfrentaram em 1950, no Brasil, trazem consigo toda essa carga histórica também. Muitas rivalidades são transportadas e encontram seu principal ponto de conflito no futebol, e mesmo que a crise política entre as nações já tenha se dissipado, o futebol tem poder de trazê-la à tona novamente, mesmo que apenas de forma abstrata, imagética.

Com isso, é possível notarmos também uma atuação dos veículos de mídia e imprensa, como capazes de elevar à condição de rivalidade também aquilo que não encontra respaldo suficiente em imbrólios históricos e políticos. A maior rivalidade tratada pela comunicação brasileira hoje é um exemplo disso: o jogo de futebol (que leva de “carona” para outros esportes) entre Brasil e Argentina é visto como um dos maiores clássicos do mundo. Repleto de rivalidade, contudo, ele não é remetido a nenhum conflito militar ou posições políticas contrárias. Essa rivalidade foi alavancada apenas dentro do âmbito esportivo, por: proximidade territorial, importância de ambas no ponto de vista internacional, jogos emblemáticos tratados como “guerras campais”, e a eterna discussão sobre o melhor jogador desse esporte de todos os tempos, se o brasileiro Pelé ou o argentino Maradona.

Todos esses aspectos dotam o futebol – único esporte específico tratado nesse trabalho – de uma particularidade não presente em outras modalidades. Não obstante, ouvimos que o futebol representa uma linguagem universal. No entanto, não temos o conhecimento necessário para apontar como esse esporte chegou a tal patamar, e limitamo-nos a atribuir seu sucesso ao acaso.

Seria muito mais honesto reconhecermos que não sabemos por que o futebol pegou, e não como fogo de palha segundo a profecia de Graciliano Ramos³. Se os biólogos podem reconhecer que a mutação genética resulta do acaso e com isso não se sentem menoscabados em termos teóricos, os que lidamos com eventos sociais e culturais podemos também operar com o “acaso” ou simplesmente declarar: até que não existam estudos comparativos sólidos não saberemos porque pegou e talvez não o saibamos nunca. Aceitar nossa ignorância não reduziria um ponto da importância social do futebol nem as

³ O famoso romancista nordestino Graciliano Ramos escreveu, em 1921, a crônica: Traços a Esmo, na qual critica o futebol que começava a se popularizar no Brasil. Para ele, esse esporte não “pegaria” na sociedade brasileira, seu rápido processo de popularização seria apenas “fogo de palha”.

explicações ou interpretações que sobre ele realizam-se. (LOVISOLO, 2012, p. 93)

Fato é, que mesmo impossibilitados de cravar as credenciais desse esporte para tudo o que ele representa na modernidade, podemos atribuir a ele o poder de criar “empatias e ódios” por motivos aleatórios ou que vão além do universo esportivo.

3.3 Um retrato brasileiro

Tratamos agora então, exclusivamente do futebol, como grande aliado de regimes militares ditatoriais que vigoraram na América do Sul entre os anos 60 e 80 e são temas da série de documentários: “*Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor*”, produzido e dirigido pelo jornalista e historiador Lúcio de Castro e exibido pelo canal ESPN-Brasil, objeto de estudo dessa pesquisa. Apontaremos a seguir os principais marcos da relação desse esporte com a política no nosso país.

No Brasil, a ditadura militar fez uso constante do futebol para incorporar uma imagem ufanista do país a partir do golpe de 64. O sucesso da Seleção Brasileira era diretamente ligado ao “progresso” que o regime representava.

A primeira tentativa de apropriação da Seleção Brasileira, no entanto, foi fracassada. Uma preparação confusa, de sentido militar, com a formação de quatro times diferentes durante a preparação, resultou na eliminação precoce da Copa do Mundo de 1966, disputada na Inglaterra.

Com a pressão popular, havia a exigência de redenção da seleção bicampeã do mundo em 1958 e 1962. Para isso, a então CBD, subsidiada pelo governo, tomou uma atitude curiosa, ao promover João Saldanha, jornalista e ex-treinador do Botafogo, como novo técnico da Seleção Brasileira de Futebol. Sua convocação para o cargo foi inusitada, pois o gaúcho Saldanha era declaradamente esquerdista (filiado ao partido comunista) e contrário ao regime militar.

Como técnico, João estava indiretamente contratado pelo governo federal, pois a CBD era entidade ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo titular era Jarbas Passarinho. “Servir” o regime não deixava João nada à vontade. Antes de dar louros aos militares, ele queria era usar o poder do cargo para contribuir com a derrubada do regime e a revolução socialista. (SIQUEIRA, 2007, p. 293)

Apesar da unanimidade de Saldanha, devido a sua popularidade alcançada pelo rádio, soava como incoerência do governo elevar um opositor político ao principal cargo de treinador do nosso futebol, um cargo que propiciava o direito de falar abertamente a milhões de brasileiros por intermédio da imprensa. A posição de João era instrumento valioso para a formação de opinião.

A justificativa de que o Estado separara a política do futebol com tal medida não era plausível por diferentes aspectos. Inicialmente, várias pessoas ligadas ao exército, e com isso, ao governo, foram introduzidas na comissão técnica da seleção, com o objetivo de cercear focos de oposição e impor práticas militares de preparação. Naquele momento, vésperas de mais uma Copa do Mundo, a propaganda governamental sobre a campanha brasileira na competição era exaustiva. Em meio a uma propagação ufanista, de Brasil “ame-o ou deixe-o” do governo Médici, o futebol também se viu envolvido por esse sentimento. Músicas inflamavam a população, com a seguinte letra “90 milhões em ação, pra frente Brasil...” era a materialização de expressão ideológica do regime aplicada ao futebol, no que Chauí (1986) chamou de “a mitologia do verde-amarelo”, que significava a manipulação do futebol como simbologia nacional.

Entendemos ser mais comum notar na população uma predisposição ao conceito de nação por meio de conquistas esportivas – especialmente no futebol – do que por valores do nosso sistema sociopolítico. Os “heróis” do esporte seriam responsáveis por “redimir a sociedade” (HELAL, 2003, p. 19). Com isso, o futebol representava um verdadeiro escudo político no Brasil, um motivo de orgulho nacional, apesar dos problemas internos.

A campanha preparatória para o mundial do México em 1970 ainda tinha como entrave o comandante. Seria emblemática uma conquista, tão desejada como a da Copa do Mundo, simbolizada numa taça, ser erguida e creditada a alguém considerado inimigo, como João Saldanha.

Não tardou, e o treinador, após dois resultados considerados insatisfatórios e uma polêmica envolvendo Pelé, fora demitido do cargo pouco antes do mundial. Até hoje não se sabe o motivo ao certo de sua contratação. Não se sabe até hoje, se o governo realmente resolveu distanciar a relação com o futebol e chamou aquele mais bem preparado. Acreditamos que, na verdade, a ação representava não só uma preocupação com o desempenho do “nosso” time como também uma forma de neutralizar Saldanha. Trabalhando sob as asas do governo, havia sempre um olhar atento aos movimentos de João e, assim, fácil era para controlar seus passos. O governo com uma atitude polemica e até mesmo

contraditória, teria acertado em dois pontos cruciais: mantendo olhar atento sobre Saldanha e acalmando o clamor popular por resultados positivos da seleção.

Para finalizar a grande manobra do Estado, o Brasil foi o vencedor da Copa do Mundo de forma brilhante e incontestável, prato cheio para o regime se apoderar da conquista e incentivar ainda mais a prática esportiva, no sentido de desviar a população dos demais segmentos sociais. Não somente a seleção era alvo de investimento estatal e propaganda, visando elevar o princípio de “integração nacional” proposto pelo esporte. Houve uma razoável ampliação do campeonato brasileiro interclubes, passando a ter duas divisões, com vinte times cada a partir de 1970, bem diferente da competição única entre dezessete participantes do ano anterior⁴.

Dentro de um montante geral, o futebol brasileiro representava um forte aliado para o regime militar, especialmente na comoção nacional com os resultados da seleção. Contudo, o esporte também representava certa resistência, ao proporcionar, por intermédio da mídia, destaque a atletas e demais personagens do meio, a ponto de serem considerados formadores de opinião.

Em casos isolados, qualquer tipo de afrontamento ao poder seria tranquilamente repellido, mas um grande clube de massa brasileiro foi responsável por considerável incômodo ao governo militar. Jogadores do Sport Club Corinthians Paulista, dotados de forte caráter político, iniciaram no clube, na década de 80, o movimento Democracia Corinthiana⁵. Nele, a instituição era comandada por uma auto-gestão entre jogadores, dirigentes e comissão técnica. Numa época em que camisas de futebol começavam a estampar grandes patrocinadores e acirrar disputas de mercado dentro do esporte, o Corinthians utilizou o espaço publicitário para dizeres como “diretas já” e “eu quero votar para presidente”. O clube representava na época, e permanece nos dias de hoje, a maior torcida do estado de São Paulo e a segunda maior do país. O movimento, já no final da ditadura, não foi duradouro, mas significou um marco da resistência do futebol brasileiro e de sua “politicidade”, contrariando a “apoliticidade” das práticas esportivas defendida por Franke (*apud* BRACHT, 2005).

Num plano atual, já distante dos tempos de ditadura, encontramos um movimento popular que assolou o país no ano de 2013. As manifestações, originadas em São Paulo pelo Movimento do Passe Livre (MPL), que após confrontos com a polícia paulista, grande repercussão, e abrangeram todo o território nacional, - com ampla participação de jovens (como na época da ditadura) e das mídias sociais – estampavam as idéias de uma revolução

⁴Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Campeonato_Brasileiro_de_Futebol

⁵ Ver: SOCRATES & GOZZI - *Democracia Corinthiana – A Utopia em Jogo*. Editora Bomtempo.

no cenário político ao promover passeatas e invocar a população através dos dizeres: “vem pra rua”; e “o gigante acordou”.

O movimento que se espalhou pelas principais capitais nacionais e diversas outras cidades, tinha como principais reivindicações melhoras na saúde e educação, e viam no futebol, representado pela Copa das Confederações que acontecia no momento, a Copa do Mundo de 2014, e a organização da Fifa, mártires da situação insatisfatória atravessada pelo país.

Uma das *grandes recusas* apresentadas nas manifestações foi, sem dúvida, a crítica à copa do mundo tendo como bandeira o descaso com a saúde e a educação do país: *Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA*. Daí que os estádios em que se realizariam as partidas de futebol envolvendo a Copa das Confederações serem uns dos alvos. Amadurecimento político do Brasil? Sim, decerto. Num país que tem o futebol como uma das marcas mais nítidas da sua cultura, o questionamento para com os preparativos do Mundial de futebol podem ser sintomas de certo amadurecimento da consciência política. (SILVA NETO, 2013, p. 26)

O posicionamento popular crítico e de revolta para com os investimentos daquele que é considerado um dos maiores eventos esportivos do mundo, aponta um caminho inverso ao apresentado em períodos passados. O futebol e o esporte, nesse momento, não representam mais um instrumento de controle popular. Há nitidamente um descontentamento com a política nacional, no que se refere ao investimento nesse setor em detrimento de outros considerados mais urgentes. Visto isso, tratamos exclusivamente do financiamento dos grandes eventos, para atender aos padrões internacionais exigidos (no caso do futebol e da Copa do Mundo, pela Fifa).

Para atender às exigências externas necessárias para sediar a Copa do Mundo, o governo brasileiro precisou se comprometer em construir ou reformar os doze estádios que servirão como sede para o evento, além de promover obras de infra-estrutura que permitam o acesso e a estadia de diversas delegações e turistas durante o período das competições.

A insatisfação popular presente nas manifestações de junho, insere-se com a perplexidade de tamanho investimento dedicado a privilegiar supostas “regalias” que circundam as vontades dos órgãos internacionais do esporte. A imagem nacional transmitida externamente para a promoção do evento, não condiz com a realidade de descaso interno para com saúde, educação e segurança, fundamentais para a qualidade de vida, ao contrário de eventos esportivos de grande porte. O movimento pelas ruas apoderava-se desse sentido, de revelar um “verdadeiro Brasil”.

No entanto, afastado do âmbito social, as mudanças geradas pelos investimentos no futebol brasileiro suscitam também uma desconfiança sobre sua legitimidade. Com a modernização dos estádios, e a conseqüente elevação dos preços dos ingressos e demais produtos dentro do ambiente esportivo, observa-se um caminho distinto ao de afirmação do futebol no Brasil. Se antes, no começo do século XX, houve um processo de popularização do esporte, as mudanças trazidas pela Copa do Mundo, com modernização dos estádios, agora rebatizados como arenas, indicam um processo de elitização.

Esse cenário excludente pode significar um processo de mudança na estrutura do futebol praticado no Brasil. A parte mais folclórica e emblemática do esporte brasileiro, retratada a partir das camadas populares presentes nos estádios - com o fervor das torcidas - estará em risco nessa nova fase. Existe também um pensamento de que a elitização nos estádios de futebol contribua para amenizar cenas de violência em decorrência do confronto entre torcidas. Nesse sentido, há um processo que porventura modificaria a forma com que o brasileiro se comporta no ambiente esportivo, agindo com passividade. Não necessariamente essa mudança perpassa por uma questão meramente financeira, mas há de se compreender que tal mudança implica fatalmente em um menor número de espectadores nos novos estádios na maioria dos jogos - sendo mais fácil evitar focos de conflito.

Outro enfoque interessante é o de que um grande evento, como o mundial entre seleções, espalhado por vários cantos do país, numa visão aparentemente democrática, não é capaz de promover o mesmo efeito como legado pós-evento. Ao realizar grandes obras em estados nos quais o futebol não tem tradição e relevância a nível nacional (Manaus, Cuiabá e Brasília são cidades-sede, mas não possuem nenhum clube de futebol expressivo nacionalmente), trabalha-se apenas com o fim, sem, no entanto, oferecer a estrutura necessária para que o esporte evolua a ponto de se destacar e ganhar visibilidade no cenário nacional. Em outras palavras, há o risco de muitos desses estádios, levantados com dinheiro público, se tornarem obsoletos para o futebol local pós Copa do Mundo. Seriam verdadeiros “elefantes brancos” e o legado deixado por eles seria nulo para a população e para o futebol, configurando um verdadeiro desperdício de verba pública.

Todos os assuntos tratados nesse capítulo são relevantes para uma compreensão não só do papel sociológico e político do esporte, mas também da sociedade como um todo. Da mesma forma que o nosso futebol se diferenciou dos demais a ponto da consagração elevada no título simbólico de “país do futebol”, as políticas aqui estabelecidas para as praticas esportivas também representam particularidades que devem ser estudadas. Fica claro, portanto, remetendo ao capítulo anterior, que todo o aparato que permeia o futebol no nível

das ciências sociais não encontra o devido espaço na mídia especializada de massa, significando uma lacuna no jornalismo esportivo brasileiro.

4. A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA NA SÉRIE *MEMÓRIAS DO CHUMBO*

4.1 A memória e o jornalismo

A série de documentários *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor*, foi produzida e dirigida pelo jornalista e historiador carioca Lúcio de Castro no ano de 2012, e exibida pela primeira vez entre dos dias 18 e 21 de dezembro do mesmo ano no canal pago ESPN Brasil. A série tem como temática as relações entre política e futebol no cenário das ditaduras militares da América do Sul nas décadas de 60, 70 e 80. Para isso, a série é dividida em quatro episódios, um para cada país integrante da chamada Operação Condor - “a multinacional do terror” criada para exterminar a oposição de esquerda aos governos ditatoriais – Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

A relação do futebol com os regimes militares é esclarecida pelo uso do esporte como propaganda - o que nos remete a outros períodos de ditaduras de extrema direita, como o fascismo italiano de Mussolini, que se apoderava das vitórias da seleção italiana para fortalecer o regime, o nazismo alemão que via no futebol uma importante “questão de estado” e também o governo franquista espanhol que utilizava o principal clube da capital nacional, o Real Madrid como modelo de legitimação, sendo o clube uma espécie de “embaixada ambulante” por suas conquistas europeias.

A série de Lúcio de Castro traz consigo um vasto arquivo de pesquisa que possibilitou esmiuçar o que foi esse período no cone sul por intermédio do futebol. Documentos históricos - principalmente no episódio brasileiro - foram utilizados para embasar a narrativa construída pela série, que conta também com importantes depoimentos de pessoas diretamente afetadas pela Operação Condor: jogadores de futebol, jornalistas, prisioneiros e exilados políticos, parentes de vítimas e até mesmo pessoas ligadas ao regime na época.

Além disso, os documentários trazem “furos jornalísticos” do período que ajudam a elucidar o tamanho da repressão e tudo que ela envolvia dentro do Condor. Portanto, *Memórias do Chumbo* é um trabalho jornalístico único, que engloba história, política e futebol. É um documento histórico primordial para discussão da recuperação da memória, necessária para conferir punição àqueles que negaram direitos civis às populações as quais

diziam servir. Assunto que fortalece e dialoga com a criação da Comissão Nacional da Verdade⁶.

A série foi de enorme sucesso diante da crítica, e aclamada com importantes prêmios, como o Cinefoot em 2013 pelo episódio chileno da série, e o Gabriel García Márquez, da *Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano*, - considerado o maior prêmio de jornalismo na América Latina - na categoria Cobertura de Notícias, no mesmo ano.

A obra de fôlego de Lúcio de Castro, que revela/confirma a conexão entre as ditaduras da América Latina e o esporte bretão, cumpre, segundo o autor, com o papel fundamental do jornalismo de produzir memória. O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, um dos entrevistados da série, reitera a importância da memória, não com o objetivo de saudar o passado, mas para evitar que ele retorne.

Para compreender a relevância da produção de memória, devemos avaliá-la como um fenômeno psicológico e social, derivado das relações sociais estabelecidas entre atores de um determinado grupo (POLLAK, 1989), escapando do seu conceito individual enfatizado nas “lembranças” pessoais. Para Maurice Halbwachs (2006), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, e há um processo de “negociação” para conciliar os dois eixos.

(...) A memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, é da combinação desses diversos elementos que podem emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2006, p. 12)

É por meio da linguagem que a memória se transforma em narrativa e ganha sentido em relação a um grupo do qual se faz/fez parte, porque pressupõe um evento real vivido em comum que, por sua vez, gera o sentimento afetivo de pertencimento.

Vale lembrar que a memória, por se tratar de um aspecto carregado de emoções, apresenta uma seletividade individual que pode funcionar tanto racionalmente como irracionalmente (HALBWACHS, 2006). Enquanto alguns fatos dos quais estamos dispostos a esquecer permanecem na memória, tantos outros são esquecidos naturalmente. No entanto,

⁶A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça abaixo a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Fonte: www.cnv.gov.br.

cada uma dessas memórias, particularizadas do indivíduo, agregam valor a uma operação coletiva de memória, que visa definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva de acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, religiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

Essa coesão dos grupos e memória coletiva encontra, segundo Halbwachs (2006), sua forma mais acabada nos conceitos de nação e memória nacional, respectivamente. Para ele, a construção da memória não envolve processos de dominação e coerção, e sim a adesão afetiva pela memória a um determinado grupo.

Nesse aspecto, trazendo a discussão da memória para a série de documentários, podemos ver o papel do jornalismo como fundamental para perpetuar uma memória coletiva já desgastada. *Memórias do Chumbo* consegue, num resgate ao passado, levantar questões presentes na memória coletiva ao apresentar fatos inéditos, mesmo tanto tempo depois dos acontecimentos. Isso é possível pela densidade de relatos concatenados a documentos históricos exibidos durante todos os quatro episódios que corroboram a narrativa contada - comprovando a cumplicidade entre os regimes autoritários, suas medidas e perseguições durante a estada militar no poder nos países do cone sul.

Nesse dever cívico do jornalismo, a obra trabalha também num sentido de apontar denúncias para se fazer justiça e evitar a impunidade. Impunidade essa, considerada por Eduardo Galeano como “o motor maior para a repetição dos crimes”.

Ainda sobre o conceito de memória, os documentários transcendem uma suposta memória nacional, referida como “memória oficial” segundo Halbwachs (2006) - ao evidenciar uma memória comum e fragmentada em quatro nações, pelas similaridades políticas e a conexão entre elas que ultrapassavam as barreiras geográficas e culturais. Não coincidentemente, alguns dos personagens da série prestam depoimentos em episódios de

diferentes países, como o já mencionado Galeano, presente nos episódios brasileiro e uruguaio.

Portanto, classificamos por meio da série *Memórias do Chumbo*, o período da Operação Condor, como simultâneo para a construção de uma memória coletiva entre brasileiros, argentinos, chilenos e uruguaio. Sendo assim, a existência de uma memória coletiva pode unificar a memória afetiva de diferentes grupos.

4.2 O episódio Brasil

A abertura da série em todos os capítulos já indica o teor da produção. Tons escuros ao fundo, a abertura de uma pasta de arquivo e imagens que indicam documentos confidenciais, seguidas pelo andar de um tanque de guerra, demonstra caráter de seriedade. O som de antigas máquinas de escrever, usadas para redigir as mensagens presentes nos documentários e as imagens em preto e branco, ajudam a situar os acontecimentos no passado.

O episódio brasileiro começa utilizando imagens do arquivo nacional para ilustrar o contexto político que antecedeu o golpe militar. A canção introdutória “Chega de Saudade”, de Vinícius de Moraes, supõe um tom de nostalgia, ao tratar de um momento em que o Brasil se afirmava diante do mundo no cenário esportivo pelo bi-campeonato mundial de futebol, as vitórias no tênis de Maria Esther Bueno, além do título de Miss Universo conquistado por Ieda Maria Vargas e a ascensão da Bossa Nova. A canção entra em contraste direto com a batida tensa da abertura com sons dos tanques e da máquina de escrever, que favoreciam um clima de suspense.

Logo de início, já fica clara a relação do futebol com o regime, tanto pelos depoimentos de historiadores, quanto pela supervisão governamental sobre a Seleção Brasileira em sua base preparatória pra a Copa do Mundo de 1966. Em 1967, já num momento de maior repressão, devido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), os clubes também passam pelo controle do Estado, obrigados a submeter ao regime o nome de todos os postulantes ao cargo de dirigentes. As federações também eram controladas, os responsáveis pela gestão do nosso futebol eram diretamente ligados à ditadura.

As sequencias de imagens de passeatas e manifestações contra o regime, estampando a manifestação popular, além do roteiro contundente em críticas, deixam clara a posição autoral da obra de repúdio ao governo militar brasileiro e dos demais países da Operação Condor.

Logo começam a aparecer as principais personagens do capítulo, a começar por João Saldanha, o “João sem medo”, como era conhecido, que no cargo de treinador da Seleção

Brasileira de Futebol, representava uma ameaça ao regime. Documentos visíveis na série comprovam que Saldanha aproveitava o cargo que representava e as viagens que fazia a trabalho, para apresentar denúncias a órgãos internacionais do momento de repressão vivido no Brasil. João Saldanha era visto como “incontrolável” pelo regime e seu respaldo popular, tanto pela função que ocupava como também pelo espaço que ele tinha nos veículos midiáticos, especialmente o rádio, onde se declarava contundentemente contra o regime, fizeram com que ele fosse deposto do cargo por uma intervenção direta do governo sobre a CBD.

Após a saída de Saldanha, - que foi até mesmo impedido de realizar a cobertura jornalística da Copa do Mundo de 1970, no México - o então técnico do Botafogo, Mário Jorge Lobo Zagallo, assumiu o comando da seleção, e sua comissão técnica era composta por vários militares, tanto da área técnica como da repressão e da inteligência do governo. Entre eles, destacavam-se os Capitães Cláudio Coutinho (preparador físico), Raul Carlesso (preparador de goleiros), Carlos Alberto Parreira (comissão técnica) e o Major Brigadeiro da Aeronáutica, Jerônimo Bastos (chefe da delegação)⁷. Segundo o historiador Carlos Eduardo Sarmiento, a seleção, assim como a sociedade controlada pelo regime, era dividida em dois eixos: a tecnocracia, que representava o progresso e o desenvolvimento econômico, e a segurança nacional que visava à ordem. Sendo assim, a delegação brasileira estava envolvida em um planejamento meticuloso de trabalho visando à conquista do mundial, mas sem abrir mão de mecanismos de fiscalização, controle e repressão - representado nas figuras dos agentes do governo inseridos na comissão brasileira. Nas concentrações da Seleção Brasileira, estavam agentes do governo envolvidos em casos de tortura.

Uma contribuição marcante da série nesse momento é revelar, nomes pouco conhecidos da época, como o do suposto torturador nomeado como chefe de segurança da seleção, o Major Roberto Câmara Guarany. Isso mostra o poder do jornalismo de trazer furos de notícias há tanto tempo perdidas no passado, mas com enorme poder na compreensão do presente.

Como particularidade desse episódio, todas as entrevistas - exceto as de personagens de outras nacionalidades, que também foram usadas em outros episódios - tiveram como

⁷Fontes: http://www.educacional.com.br/educacao_fisica/mundo_esportes/mundo002.asp e <http://histormundi.blogspot.com.br/2012/03/imagens-confirmadas.html>

fundo um cenário escuro em tons de azul e preto, favorecendo um aspecto sombrio, sério e melancólico da narrativa.

Para ilustrar da forma mais contundente possível, a série trouxe como personagens para os depoimentos pessoas de extrema importância ligadas, mesmo que indiretamente, aos acontecimentos. Além de historiadores, jornalistas, perseguidos da época e militares, parentes de nomes importantes trazem suas versões dos fatos passados. Há na série, por exemplo, depoimento de um dos militares que tratavam diretamente com a CBD e responsável pela nomeação de Zagallo para o cargo de técnico; Do filho do já falecido jornalista e ex-treinador João Saldanha; E também do sobrinho do torturador ligado à delegação brasileira Roberto Guarany, que revela detalhes da função do tio dentro da comissão, que supostamente seria de defender a seleção de influências externas, quando na verdade, funcionava de forma inversa.

Não só sobre o futebol havia esse controle. Documentos comprovam que a atuação de jornalistas para a cobertura da Seleção Brasileira durante o mundial do México também precisava passar pelo crivo dos militares.

Na continuidade, a série traz toda a euforia e ação propagandística do governo com a vitória brasileira no mundial, alavancados pelo advento da televisão - foi a primeira Copa do Mundo que a população brasileira pode assistir pela televisão, ainda que em preto e branco – que foi fator relevante para a repercussão interna da conquista. Enquanto o povo ia a rua comemorar a vitória, a tortura e repressão continuavam a agir sorrateiramente.

O último bloco do episódio faz referência ao Brasil como exportador de tortura para os países vizinhos, sendo um possível “chefe” da Operação Condor, que possuía um banco de dados comum e uma linguagem criptográfica própria entre os países que o compunham. O futebol, como paixão comum do continente sulamericano, estava sob controle dos regimes militares. Por fim, ela traz a história inédita de um sequestro esquematizado pela Operação Condor, que foi fracassado por ser flagrado por jornalistas durante seu andamento. Segundo o jornalista Luis Cláudio Cunha, foi essa a única operação do condor que deixou sobreviventes. Um deles, a uruguaia Lillian Celiberti, entrevistada pela série nos episódios do Brasil e Uruguai. O sequestro ainda teve como fato marcante o envolvimento do ex-jogador de futebol Didi Pedalada como um dos torturadores.

Portanto, a densidade da série fica marcada pela enorme gama de depoimentos coletados de várias partes: ex-jogadores de futebol perseguidos pelo regime, como Afonsinho; Parentes de figuras importantes mencionadas, como o filho do jornalista e ex-técnico João Saldanha; E o sobrinho do torturador e chefe de segurança Major Guarany; Além de jornalistas, historiadores e os próprios militares. As passagens de cada um dos entrevistados

são marcantes no sentido de elucidar os acontecimentos, além de dimensionar as atitudes do regime. Na passagem do jornalista Cid Benjamim, que foi torturado pelo regime, ele conta que os torturadores tentavam destruir a condição humana dos presos, para que um instinto animal sobressaísse frente às idéias e pensamentos.

Porém, consideramos que o intuito maior na produção de memórias presente na série, e em especial no episódio brasileiro - que constatamos ser o mais rico em termos de documentos, histórias e depoimentos - é o de luta contra a impunidade. Vários nomes importantes ligados ao regime e à tortura foram revelados no sentido de sensibilizar a luta por uma punição a todos que foram contra os direitos civis de toda uma sociedade durante os anos da ditadura. Sendo assim, a obra torna-se fundamental para sacramentar na memória coletiva nacional os sujeitos da intolerância contra a qual devemos lutar, e jamais nos esquecer.

4.3 Argentina, Chile e Uruguai

Os outros três capítulos da série *Memórias do Chumbo*, diferentemente do brasileiro, apresentava os entrevistados em ambientes naturais, fossem eles abertos ou fechados, em salas e escritórios. Supondo uma maior dificuldade de produção - por se tratar de um produto de jornalismo brasileiro - esses três episódios são compostos por uma carga menor de entrevistados - nenhum militar desses países foi ouvido - e de documentos que comprovem a veracidade dos fatos narrados. Sua ênfase, portanto, está galgada nos depoimentos prestados.

Na Argentina, a primeira ligação direta que se faz entre a relação do futebol com a política está no fato de o golpe militar ter ocorrido na mesma data de um importante jogo da seleção nacional contra a Polônia, na Europa. Atesta-se então para a legalidade da Copa do Mundo de 1978, disputada em território argentino e vencida pelos donos da casa. Havia a percepção de que era uma manobra do regime militar para auto-legitimação e para distrair segmentos sociais.

Logo o futebol é deixado de lado na narrativa para contar a história considerada como uma das mais comoventes do período. A história da advogada Mariana Zaffaroni, cujos pais, uruguaios, foram capturados na argentina e levados para campos de detenção quando a mesma ainda era um bebê. Ela então foi criada por Miguel Angel Furci, membro da secretaria de informação do Estado. Ao final da ditadura argentina e o restabelecimento da democracia,

houve uma batalha entre a família adotiva de Mariana com sua avó biológica, que venceu e conseguiu a guarda da neta após exames de DNA. A história virou até filme⁸.

Com o futebol novamente em pauta, a organização da Copa do Mundo de 1978 era providencial para manifestar uma imagem positiva do país para o exterior, acobertando os bastidores de assassinatos e cárcere. A organização do mundial era tão relevante, que gerou até mesmo uma disputa militar interna entre marinha e exército argentinos.

Há também uma acusação contundente nessa vertente para a realização do evento, naquele momento, na Argentina. A Fifa, entidade máxima do futebol, e naquele momento presidida pelo brasileiro João Havelange, que tinha ligações pessoais com membros da ditadura argentina, negligenciava os direitos humanos desrespeitados no país e decidira pela realização do mundial mesmo sob tais circunstâncias e ameaçado por possíveis boicotes⁹.

A alegação para a realização do evento era a de que a Copa não se misturava com a política - mas inegavelmente ela funcionava como instrumento do regime. Durante sua realização, foram 65 assassinados ou desaparecidos no país. O estádio Monumental de Núñez, palco dos principais jogos, no centro da capital Buenos Aires, ficava a menos de um quilômetro de distância do maior campo de concentração do continente, a ESMA (Escola de Mecânica da Armada). A euforia do futebol estava próxima do desespero dos presos e torturados, que mesmo sob condições desumanas, não escondiam a paixão pelo futebol e pela seleção de seu país.

O episódio sobre o Chile, que recebeu o prêmio *Cinefoot* 2013, começa com documentos que comprovam o apoio brasileiro e norte-americano ao golpe militar que derrubou e incentivou o suicídio de Salvador Allende, socialista e então presidente chileno. Com o comando militar liderado pelo General Augusto Pinochet, o estádio Nacional de Santiago, maior símbolo do futebol nacional e palco da final da Copa de 62 é transformado em prisão - centro de detenção e tortura da ditadura, onde, além de chilenos, militares argentinos e brasileiros praticavam interrogatórios e torturas aos presos.

A apropriação do futebol pelo governo militar denotava ao esporte um verdadeiro circo de distração social. A Seleção Chilena foi obrigada a entrar em campo no estádio Nacional, o maior palco de repressão do país, num momento onde ainda havia o cárcere, para enfrentar um adversário “fantasma”, pois a União Soviética se recusou a disputar a partida,

⁸ Ver: *Por esosojos*. Direção: Gonzalo Arijón e Virginia Martínez.

⁹ Argentinos exilados e franceses criaram o COBA (Comitê pelo Boicote da Organização da Copa do Mundo de Futebol) com o cartaz que dizia “Não ao futebol entre os campos de concentração”. Fonte: <http://futehistoria.blogspot.com.br/2010/08/tentativa-de-boicote-copa-de-78.html> - acessado em 15 de dezembro de 2013.

válida pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 1974. Mesmo assim o Chile, para cumprir as obrigações impostas pela Fifa, entrou completo no gramado, na presença de um árbitro e conduziu a bola até o gol vazio para selar a classificação, naquele que foi considerado o jogo mais patético da história do futebol. Novamente reiterando a cumplicidade entre os regimes, tão logo a memória do vergonhoso jogo contra o nada ainda se fazia presente, fora organizada uma nova partida que atraía os amantes do esporte, entre a Seleção Chilena e o time brasileiro do Santos, famoso por ser multicampeão na década de 60.

Entretanto, o esporte também serviu como resistência. A paixão nacional pelo futebol conferia aos principais personagens desse esporte certa segurança, que permitia com que eles se opusessem de certa forma ao regime. Alguns jogadores, como se representassem o povo, em atitudes de enfrentamento aos militares, não sofreram diretamente as consequências graças ao respaldo social que ostentavam; No entanto, seus familiares eram vítimas nos seus lugares.

No plebiscito, de escolha entre sim ou não pela permanência do governo militar, a Seleção Chilena era foco de propaganda de governo pela continuidade. Contudo, alguns jogadores se revelavam contra e causavam espanto nos demais por não temerem as consequências e permanecerem fiéis aos seus ideais. O grande centro do episódio chileno está nestes dois ex-jogadores da seleção nacional que se opuseram publicamente à ditadura: Leonardo Véliz e Carlos Caszely. Em contrapartida, também é ouvido o ex-jogador Elias Figueroa, considerado pró-regime.

O estádio Nacional, símbolo do futebol, mas também da barbárie, mantém até hoje vestígios da época em que funcionava como campo de detenção e tortura - para não deixar que a memória de algo tão cruel, mas ao mesmo tempo tão importante, não se esvazie com o tempo.

Por fim há o episódio do Uruguai, país visto como proporcionalmente o “campeão” de tortura na América com a ditadura que foi implantada e mais uma vez com a colaboração do regime brasileiro. Tortura essa, segundo Eduardo Galeano, não para obter informações contra a subversão - como afirmavam os militares - mas como uma máquina de produzir medo.

Em se tratando de futebol, assim como nos outros casos, os militares intervinham diretamente na delegação da seleção nacional e nas eleições dos clubes do país, fossem eles de primeira divisão, como também pequenos, bairristas. No entanto, o capítulo uruguaio nos apresentava com a principal resistência pelo esporte aos regimes totalitários.

A começar pela vitória do Defensor Sporting Club, - quebrando a hegemonia dos times de ponta Club Atlético Peñarol e Club Nacional de Football (Nacional de Montevideu) - no primeiro campeonato nacional de futebol profissional do Uruguai. O Defensor,

comandado pelo técnico José Ricardo de León, - um homem de esquerda, que foi impedido de comandar a Seleção Uruguaia e que defendia sua equipe como a “rebeldia” – era considerado um time pequeno, que enfrentava os grandes e os vencida, sendo símbolo de contestação. Após a conquista, a volta olímpica pelo gramado (invenção uruguaia), foi dada no sentido inverso, para a esquerda, como uma expressão contra a ditadura.

O Uruguai, assim como a Argentina, também recebeu um grande evento futebolístico durante seu período de ditadura: o primeiro Mundialito de futebol, entre todas as seleções campeãs do mundo até o momento. O torneio aconteceu um mês após um plebiscito, como ocorreu no Chile, onde o povo respondia por sim ou não para a continuidade do regime autoritário, e que surpreendentemente para os militares, resultou no “não” da população, contra a reforma constitucional que legitimava a ditadura.

Assim como o plebiscito, o Mundialito significou um verdadeiro “tiro no pé” da ditadura Uruguaia. Mesmo com a vitória em campo da seleção celeste, e os prêmios dados aos jogadores, incluindo carros fabricados no Brasil, - mais uma trama entre as ditaduras – o estádio Nacional, em Montevideu, agraciado pela conquista, entoava o coro contra o regime: “*se va a acabar, se va a acabar la ditadura militar*”. O evento, criado como forma de exaltação dos êxitos do regime, acaba por manifestar uma legítima expressão popular contra ele. A partir da conquista desportiva, se iniciou a luta pela reconquista da democracia, já incontrolável para os militares.

Portanto, a recuperação da memória levantada por todos os episódios da série que relatam a coligação entre as ditaduras e seu envolvimento com o futebol, é fundamental para o conhecimento dos fatos narrados e para a criação de uma afetividade coletiva entres esses países. É também significativa para corroborar a visão do futebol como algo muito além de um esporte, que representa as relações sociais e se constitui como traço de identidade nacional.

A série, em todas as suas passagens - mesmo apresentando diferenças claras de abordagens e situações em que o futebol e o esporte não estão envolvidos - trabalha o jornalismo esportivo de maneira incomum. Sua realidade densa e seu caráter investigativo, mesmo em relação a acontecimentos do passado, demonstram uma preocupação com a verdade além de uma forte opinião autoral, que contrastam com o simples repasse da informação esportiva e a imparcialidade jornalística tão defendida nos dias atuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia esportiva no Brasil, genericamente falando, não é formada por profissionais especializados. Especializados, talvez sim, no jornalismo e no tratamento da informação de caráter esportivo - padronizada na forma de privilegiar o entretenimento com a veiculação de reportagens dinâmicas e bem humoradas que desagregam ao valor informativo da notícia. Somos insistentemente bombardeados com a cobertura de diversos eventos esportivos e o sentido espetacular a eles conferido.

Entretanto, soa como desrespeito ao consumidor de notícias, ávido em diversas modalidades, a forma rasa com que o jornalismo é trabalhado no simples repasse da informação, como aponta Traquina (*apud* SILVEIRA, 2009) em sua Teoria do Espelho. O jornalismo esportivo representa uma área especializada, logo, espera-se do profissional uma especialização, que por sua vez não existe. Não está inclusa na formação do jornalista esportivo o conhecimento sobre os esportes com o qual vão trabalhar. A especialização é alcançada por meio de experiências pessoais e estudos para além do profissional. Tal aspecto causa estranheza e até mesmo espanto, visto a relevância que tem esse jornalismo, não só no Brasil como no mundo todo.

Existe todo um tratamento ao esporte como apenas sendo relevante em suas disputas de alto nível, na busca por recordes e números expressivos que tanto exigem dos limites humanos. Todo o processo de midiaticização favorece um mundo mágico do universo esportivo, onde os grandes eventos são palco da afirmação do homem como mito, com aspectos sobre-humanos que concedem a ele o poder de superar seus limites e conquistar a glória da vitória. Esse mesmo cenário, evocado pela mídia, é o que capacita os atletas a se tornarem celebridades, pessoas as quais devemos adorar, invejar ou até mesmo sentir pena, quando não alcançam seus objetivos. Eles passam a exercer um papel superior ao de um simples profissional de determinada modalidade, e a partir disso se lançam para funções das quais não usufruem de conhecimento, como jornalistas, políticos e etc. Apenas o status erradicado pelo esporte os credencia a atuar em diversas outras áreas. São muitos os ex-atletas presentes na mídia e na política brasileira.

Sendo a mídia, instrumento para a mitificação do universo esportivo e seus personagens, ela colabora substantivamente para uma cultura mecanicista do esporte. Ou seja, ela incentiva a “superação”, a quebra de recordes e tabus e a realização de feitos históricos. Não é para menos que, comumente, adjetivamos algum atleta de “fenômeno”, por vezes até

mesmo de “salvador”, não distante disso, dizemos que alguns se tratam de seres de outro planeta.

Toda essa cultura representa a condição do homem à prova em todos os instantes que desempenha sua atividade esportiva, e na era moderna do esporte, sua preparação está submetida a medicamentos, estimulantes e etc. Partindo do pressuposto do esporte como direito previsto na constituição, e seu papel primordial, antes de envolver a disputa, seja o da promoção de saúde, bem estar, e qualidade de vida, não seria a cultura da busca pelo resultado expressado nos números, na quantificação do esporte a frente da qualidade, um modelo anti-desportivo dessa pratica? A mídia, nesses padrões, não estaria assim, agindo contra os ideais do esporte? Até que ponto a busca pela “superação” desportiva não representa riscos à saúde?

Apesar de não passarem de suposições, todas as indagações feitas acima carecem de um estudo minucioso, aprofundado, no sentido de ratificar ou refutar tais aspectos que assemelham o corpo humano às máquinas. Julgamos essa, ser uma função midiática, na prestação de uma utilidade pública, que vemos como falha no jornalismo esportivo brasileiro.

Outro apontamento importante que pressupõe uma intriga pessoal - levando-se em conta o futebol como modalidade esportiva mais importante de nosso país - é a pequena quantidade de literatura que dispomos sobre ele e sobre o jornalismo esportivo. Quase todas as pesquisas acerca da tradição desse nosso esporte convergem para a obra de Mário Filho “*O Negro no Futebol Brasileiro*”, tratada como uma verdadeira “bíblia” do nosso futebol. Dessa forma, estamos limitados a uma única visão de respaldo para com a popularização e afirmação dessa modalidade enquanto traço de identidade nacional. Quanto ao jornalismo esportivo, também são pouquíssimas as leituras que discorram sobre esse assunto de maneira crítica e apontem uma reflexão para a forma com que ele é praticado. O que temos de sobra são relatos biográficos de atletas e ex-atletas.

Retomando a questão do jornalismo esportivo, também consideramos que ele falha por negligenciar, muitas vezes, o esporte num panorama mais amplo. Ao limitar-se aos grandes eventos, a mídia esportiva ignora fatores estruturais e científicos inerentes ao esporte, e ao centralizar suas atenções exclusivamente para os atletas e demais personagens do jogo, ela deixa de cumprir outro papel fundamental: o de fiscalização e denúncia dos órgãos públicos de controle do esporte, que ficam corriqueiramente em segundo plano.

Mas não só o jornalismo esportivo brasileiro é alvo de críticas dessa pesquisa. As políticas públicas que envolvem o esporte também são. O Estado como interventor nas organizações esportivas tem o papel de assegurar o esporte como direito cívico à sociedade e de promover as práticas esportivas no seu sentido mais nobre, o de promover saúde por

condutas profiláticas. Ou seja, a principal razão para essa participação do Estado nas práticas esportivas, seria a de tornar acessível a prática esportiva socialmente. Contudo, podemos notar que as políticas públicas que circundam o esporte, estão fortemente ligadas às atividades de alto rendimento, o que podemos notar pelo patrocínio de empresas estatais a grandes clubes ou atletas brasileiros. Nesse aspecto, a principal função do esporte socialmente se encontra distorcida.

Há também esporte inserido nas ciências sociais, coberto de profundos debates sociológicos e políticos. No primeiro caso, onde há a contraposição da atividade desportiva como alienadora ou libidinosa, nos encontramos incapazes de delimitar um ponto, na área profissional, em que o esporte passa a ser instrumentalizado, conferindo apenas uma fonte de renda e não mais um prazer do indivíduo. No entanto, em sua forma mais simples, o esporte, mesmo ainda submetido a pressões por rendimento no seu âmbito mais puro e ocasional, resiste à alienação por se tratar de uma atividade prazerosa, uma escolha livre e independente de outros aspectos. Nesse sentido, a mídia ajuda a transparecer essa imagem de alegria e lazer das atividades desportivas.

Contudo, falando novamente em específico de futebol, a imagem desse esporte como lazer é desmembrada pela série *Memórias do Chumbo* - objeto de estudo desta pesquisa - que esclarece a relação do futebol com a política dos países controlados por regimes militares no cone sul nas décadas de 60, 70 e 80. O futebol, invadido por um teor político que representava o seu uso como propaganda de governo, podia sim, se configurar como uma atividade alienante. Porém, nesse cenário, o futebol conseguia transpor barreiras impostas pelos militares e se transformar em foco de resistência. Dessa forma, esse esporte provava muitas vezes não ser o “ópio do povo”, como era propagado.

Concluindo, é importante ressaltarmos *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condornão* como um vasto e abrangente produto jornalístico, mas sim como um exuberante e diferenciado produto do jornalismo esportivo brasileiro, um oásis mediante a superficialidade com que o esporte é veiculado nos canais de comunicação brasileiros. Sua importância atravessa as barreiras do futebol e afirma uma preocupação do jornalismo esportivo para elementos que vão além do jogo.

6 . REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. “**A indústria cultural**”. In: COHN, Gabriel. (org.). Textos de Theodor W. Adorno. São Paulo: Ática, 1986.
- BARBEIRO, H.; RANGEL, P. **Manual do jornalismo esportivo**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BORELLI, V. **O esporte como construção específica no campo jornalístico**. Texto apresentado no INTERCOM 2002, Centro de Convenções – Salvador, BA.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- BOURDIEU, P. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, P. “**Programa para uma sociologia do esporte**”. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: Uma Introdução**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. 200f. Tese (doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.
- BUENO, W. C. Chutando pra fora: os equívocos do jornalismo esportivo brasileiro. In: José Carlos Marques; Sérgio Carvalho; Vera Regina T. Camargo. (org.). **Comunicação e esporte-tendências**. 1. ed. Santa Maria: Pallotti, 2005, v. 1, p. 13-27.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAMATTA, R. “Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro”. **Revista USP**, São Paulo, n.22, jun/jul/ago de 1994.
- DAOLIO, J. **As contradições do futebol brasileiro**. In: Carrano, Paulo César, R. (org.). Futebol paixão e política. Rio de Janeiro: D&P, 2000.
- DEJAVITE, F. A. **Infotainment: informação + entretenimento no jornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- ELIAS, N. **A busca da excitação**. Rio de Janeiro: Difel, 1997.
- FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. 5.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução, Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HELAL, R.; LOVISOLO, H.; SOARES, A.J. **A invenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

- HELAL, R. **Mídia e esporte: a construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro.** INTERCOM (São Paulo). Rio de Janeiro, 2003, v. 4, n. 7, p. 19-36.
- MARTINES, I.C. **As relações entre as organizações não governamentais e o governo do Estado do Paraná no campo esportivo.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal do Paraná, 2009.
- MURAD, M. **Todo esse lance que rola.** Uma história de namoro e futebol. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994(a).
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RIBEIRO, A. **Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil.** São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- RIBEIRO, L.C. **O futebol no campo afetivo da história.** In: Movimento, Revista de Educação Física da UFRGS. n. 3 (set/dez), 2004.
- RODRIGUES, F. X. F. **A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional (1997-2001): um estudo de caso.** Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, 2001.
- SILVA NETO, O.G. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: SOUSA, C.M.; SOUZA, A.A. **Jornadas de junho: repercussões e leituras.** Campina Grande, PB: eduepb, 2013. p. 22-28.
- SIQUEIRA, A. **João Saldanha: uma vida em jogo.** Rio de Janeiro: Nacional, 2007.
- SÓCRATES. GOZZI, R. **Democracia corinthiana: a utopia em jogo.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- UNZELTE, C. **Jornalismo Esportivo: relatos de uma paixão.** São Paulo: Saraiva, 2009. v. 4.
- VAZ, A.F. “Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade.” In: **Revista Esporte e Sociedade.**n. 1, Nov2005/Fev2006.